



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**A INTERSECCIONALIDADE NO DEBATE SOBRE AS SUBSTÂNCIAS
PSICOATIVAS:**
uma análise das pesquisas em periódicos brasileiros

SAFFIRA CANDICE DO NASCIMENTO LÔU

**A INTERSECCIONALIDADE NO DEBATE SOBRE AS SUBSTÂNCIAS
PSICOATIVAS:**

uma análise das pesquisas em periódicos brasileiros

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial à
obtenção de título de Bacharel em Serviço
Social, Universidade Federal de
Pernambuco.

Orientador: Giovanny Simon Machado

RECIFE/PE

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Nascimento Lôu, Saffira Candice do.

A INTERSECCIONALIDADE NO DEBATE SOBRE AS SUBSTÂNCIAS
PSICOATIVAS: uma análise das pesquisas em periódicos brasileiros / Saffira
Candice do Nascimento Lôu. - Recife, 2025.

86 p.

Orientador(a): Giovanni Simon Machado

Coorientador(a): Lorraine Marie Farias de Araújo

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Serviço Social -
Bacharelado, 2025.

1. Substâncias Psicoativas. 2. Saúde Mental. 3. Gênero. 4. Raça. 5. Classe.
I. Machado, Giovanni Simon. (Orientação). II. Farias de Araújo, Lorraine Marie
. (Coorientação). IV. Título.

360 CDD (22.ed.)

SAFFIRA CANDICE DO NASCIMENTO LÔU

**A INTERSECCIONALIDADE NO DEBATE SOBRE AS SUBSTÂNCIAS
PSICOATIVAS:**

uma análise das pesquisas em periódicos brasileiros

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Graduação em
Serviço Social Universidade Federal de
Pernambuco, como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em Serviço
Social

Aprovado em: 15/04/2025

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Giovanni Simon Machado (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Lorraine Marie Farias de Araújo (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

RECIFE
2025

Escrever é começar a partir de algo que se supõe saber e descobrir coisas novas no meio do caminho (Suy. p.13. 2022).

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho de conclusão de curso é apenas o último passo de uma jornada muito maior e longínqua do que o tempo que ele demorou para ser finalizado. Portanto, queria agradecer ao meu orientador Giovanny Simon Machado por ter embarcado nessa trajetória e ter me aceitado como sua orientanda, adorei escrever o TCC sobre suas recomendações e direcionamentos. Por outro lado, gostaria de mencionar a importância de terminar minha graduação na Universidade Federal de Pernambuco, infelizmente, nem todos têm o privilégio de ocupar essa instituição, se minha irmã hoje tem a possibilidade de estudar em uma faculdade particular é por que eu tive a oportunidade de estudar em uma pública.

Nesse parágrafo é primordial agradecer a minha mãe Maria Luciana pois foi por causa de sua trajetória, vitórias e sacrifícios que eu conquistei esse diploma. A minha vida é cheia de bênçãos por causa dos seus esforços criando duas meninas sozinha nesse mundo que nem sempre é tão solidário com as mulheres que são mães solo. Portanto, espero que futuramente eu e minha irmã consigamos muito mais motivos para a senhora comemorar e festejar, do mesmo jeito que você deu orgulho ao seu pai.

Preciso enaltecer minha irmã Pérolla por ser o maior e melhor suporte emocional que alguém poderia querer, nem que seja para me ouvir conversar um milhão de vezes a mesma informação. Te amo imensamente, daqui a pouco vai ser minha vez de ser mencionada nos agradecimentos do seu TCC, não tenho dúvidas que você será uma profissional excelente. Nesse sentido, também é necessário fazer menção ao meu cunhado Emerson por sempre me emprestar a sua conta da Amazon Prime e deixar que a novela “Yo soy Betty la Fea” sempre ocupasse seu histórico de filmes assistidos, minha saúde mental agradece. Além disso, sempre vou ser agradecida pela enorme paz que você trouxe para minha irmã em momentos mais difíceis da vida dela.

À Nena, minha madrinha do coração e a alma gêmea da minha mãe, que acompanhou de perto todos meus passos até esse momento, me apoiando e encorajando, sempre perguntando que dia as aulas voltam mesmo eu sempre falando um milhão de vezes: “Estamos de Greve!”. Obrigado por toda a força que você deu a essa família que teria menos histórias engraçadas para contar sem você.

Às minhas amigas que conquistei ao longo do curso sem elas não seria a mesma experiência: Jacyra, Lorena, Rayanne, Mariana e Marcela, agradeço todos os aprendizados e fofocas compartilhadas pelos corredores do CCSA. Em especial á Gil, nunca conheci alguém tão parecido comigo em personalidade e ideais, vou levar para o coração nossas conversas, trocas e indicações de livros de origens duvidosas.

Dedico também meu TCC ao meu supervisor de estágio Israel Brás por tornar materialidade tudo que estudei e aprendi na faculdade sobre o que é ser um assistente social extremamente comprometido com a profissão e deixar três estagiárias extremamente curiosas pegarem um pouquinho do seu vasto conhecimento, o seu Trabalho de Conclusão de Curso está nas referências bibliográficas desta pesquisa. Para as duas futuras assistentes sociais que me acompanharam nessa trajetória de estágio Kallynne e Renata que a gente possa em futuro próximo relembrar essa experiência com imenso carinho e gargalhadas.

Por fim, quero agradecer ao ônibus CDU/Torrões que quase como um pai ausente, eu nunca consegui contar com ele quando precisava, me fazendo passar por quedas, correrias, broncas e vergonhas na volta para casa. Desse modo, depois de 5 anos, uma Pandemia e uma centenas de greves, finalmente consegui entregar esse trabalho, não sei se alguém irá lê-lo além de mim e os professores orientadores mas espero que esse sentimento de orgulho de terminá-lo prevaleça daqui alguns anos se eu tiver a coragem de revisitá-lo novamente ou talvez seja fonte de inspiração das minhas possíveis estagiárias, não tem como saber.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo investigar como os marcadores sociais de gênero, raça e classe aparecem nas produções acadêmicas referentes ao uso abusivo de álcool e outras drogas. Dessa maneira, foi realizado como referência pesquisas documentais como leis, portarias e relatórios para embasar a construção do trabalho, como também, pesquisas bibliográficas como artigos, páginas de internet e monografias de outros profissionais. Primeiramente, foi realizado um breve contexto histórico das principais substâncias psicoativas consumidas no Brasil com o objetivo de entender os padrões de consumo da atualidade, como também, analisar a construção da ideologia proibicionista recorrente na atualidade. Além disso, observar a iniciativa da construção de políticas públicas que garantisse um atendimento integral a essa população após a Reforma Psiquiátrica e as principais as lutas que o Movimento Antimanicomial enfrenta na contemporaneidade. Posteriormente, vai ser retratado de acordo com a perspectiva histórica da construção de saúde mental no Brasil relacionada ao gênero, raça, classe e sexualidade. Finalizando discorrendo sobre as contribuições acadêmicas de profissionais multidisciplinares sobre a perspectiva de álcool e outras drogas e suas abordagens nas discussões de gênero.

Palavras chaves: Substâncias Psicoativas; Saúde Mental; Gênero; Raça; Classe;

ABSTRACT

The present Course Completion Work aims to analyze academic productions that discuss the comprehensive care and protection of individuals who undergo treatment for alcohol and other drugs based on harm reduction, in order to observe how they portray the perspective of gender, race and class. In this way, documentary research such as laws, ordinances and reports was carried out as a reference to support the construction of the work. In addition, bibliographic research such as articles, websites, monographs by other professionals, addressing the historiography of mental health were essential. First, a brief historical context of the main psychoactive substances consumed in Brazil was carried out in order to understand the current consumption patterns, as well as to understand the construction of the prohibitionist ideology that led to how users of alcohol and other drugs are seen by society. In addition, to observe the initiative to build public policies that would guarantee comprehensive care to this population after the Psychiatric Reform and the main challenges and struggles that the Anti-Asylum Movement faces in contemporary times. Later, it will be portrayed according to the historical perspective of mental health related to gender, race, class and sexuality. Concluding on the contributions of multidisciplinary professionals on the perspective of alcohol and other drugs and their approaches in gender discussions.

Keywords: Psychoactive Substances; Mental Health; Gender; Race; Class;

LISTA DE SIGLAS

ABESS - Associação Brasileira de Educação, Saúde e Assistência Social
AMENT - Equipe Multiprofissional de Atenção Especializada em Saúde Mental
CAPS - Centro de Atenção Psicossocial
CAPS AD - Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e outras Drogas
CISA - Centro de Informações sobre Saúde e Álcool
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
CNM - Confederação Nacional de Municípios
CT - Comunidade Terapêutica
HIV - Vírus da Imunodeficiência Humana
LGBT - Lésbicas, Bissexuais, Transgêneros, Queer
MJSP- Ministério da Justiça e da Segurança
MS - Ministério da Saúde
OCID - Observatório para Cooperação Internacional para Desenvolvimento
OIT - Organização Internacional do Trabalho
OMS - Organização Mundial da Saúde
RAPS - Rede de Atenção Psicossocial
SUS - Sistema Único de Saúde
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso
UBS - Unidades Básicas de Saúde
UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. HISTÓRIA DO CONSUMO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS NO BRASIL E AS POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AO USO ABUSIVO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS.....	1
4	
2.1 PROIBICIONISMO E LUTA ANTIMANICOMIAL NO BRASIL.....	25
3. SAÚDE MENTAL E O CONCEITO DE INTERSECCIONALIDADE ENTRE GÊNERO, RAÇA E CLASSE.....	32
3.1 CLASSE E SAÚDE MENTAL.....	37
3.2 GÊNERO E SAÚDE MENTAL.....	41
3.3 QUESTÃO RACIAL E SAÚDE MENTAL.....	46
3.4 SEXUALIDADE E SAÚDE MENTAL.....	51
4. INCORPORAÇÃO DO GÊNERO, RAÇA E CLASSE EM PESQUISAS ACADÊMICAS SOBRE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS.....	54
4.1 LEVANTAMENTO E TRIAGEM.....	54
4.2 QUADRO I- ARTIGOS REFERENTE AO IMPACTO DA INTERSECCIONALIDADE COM O USO ABUSIVO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS.....	55
4.3 QUADRO II: ARTIGOS DESCARTADOS PARA O USO DA PESQUISA.....	60
4.4 A ARTICULAÇÃO GÊNERO, RAÇA E CLASSE NOS ARTIGOS SOBRE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS DE 2014 A 2016	65
5. CONCLUSÃO.....	72
6. REFERÊNCIAS.....	73

INTRODUÇÃO

Na Universidade Federal de Pernambuco, no curso de Serviço Social, faz parte da grade curricular realizar um estágio supervisionado obrigatório em instituições conveniadas à faculdade. Dessa maneira, foi muito importante a vivência prática da profissão realizando o estágio acompanhando o assistente social dentro do CAPS AD René Ribeiro para a escolha do tema desta pesquisa (Bezerra, Campos, Lou, 2023). Sendo assim, é evidenciado nas Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social como o estágio supervisionado é algo crucial para essa interlocução com os conhecimentos teóricos estabelecidos nas grades curriculares presentes durante o curso, pois é importante realizar essa justaposição do teórico com a realidade social (ABEPSS, 2014).

Desse modo, com a experiência do estágio supervisionado na instituição CAPS AD René Ribeiro, iniciado em junho de 2023, foi perceptível o desfalque do número de usuárias mulheres cis ou trans, realizando o tratamento para o uso abusivo de álcool e outras drogas, principalmente, em relação ao quantitativo de usuários masculinos (Bezerra, Campos, Lou, 2023). Todavia, é válido enfatizar que a Rede de Saúde Mental está cada vez mais ampliada e as mulheres estão em maiores números na ocupação desses espaços. Quando colocamos o foco em CAPS AD isso é invertido, os homens estão em maiores quantidades de usuários em tratamento (Pinheiro, 2002). Assim, ao traçar o perfil dos indivíduos presentes na instituição em 2023, considerando relatório institucional do René Ribeiro criado pelas estagiárias de Serviço Social da UFPE, é válido mencionar que:

Analizamos os usuários do CAPS do turno noite na qual observamos que a grande parcela são homens pretos e pardos que estão integrados ao serviço, por outro lado, as mulheres estão mais inseridas como apoio familiar para o usuário, sendo poucas mulheres cis e trans que estão admitidas e recebendo acompanhamento na instituição (Bezerra; Campos; Lõu, 2023, p. 6)

Por conseguinte, essa informação é condizente quando analisamos o consumo de álcool e outras drogas de mulheres no Brasil. De acordo com o II Relatório Brasileiro sobre Drogas de 2021, ao observarmos o perfil dos usuários de álcool, a droga mais consumida no Brasil, identificaram que 27,3% dos homens brasileiros fazem uso dessa substância, um percentual muito superior ao das

mulheres que é 12,1% (MJSP, 2021). Por outro lado, quando fixamos a nossa atenção nas substâncias psicoativas ilegais, também existe uma prevalência maior no quantitativo de homens de basicamente todas as substâncias, sendo em apenas no uso de medicamentos controlados que as mulheres são as mais consumidoras (MJSP, 2021).

Além disso, foi observado que os homens que fazem o uso de álcool e outras drogas utilizam substâncias de maneira mais abundante e com padrão de consumo de risco superior às mulheres. Isso ocorre na população de homens negros que fazem uso de crack, que correspondente a 79% dos casos (MJSP, 2021). Nesse sentido, por mais que as mulheres estejam em menor número em relação ao consumo de substâncias psicoativas, tristemente, é notória a problemática de que mulheres em tratamento sofrem mais vulnerabilidades sociais que os usuários homens (MacKinnon, 2018). Sendo enfatizada pela relação de poder e opressão enraizadas no sistema Patriarcal no qual estamos inseridos, onde mulheres e grupos minoritários sofrem diversas desigualdades e estigmas sociais sendo repassado para os sistemas de saúde (MacKinnon, 2018).

Desse modo, infelizmente, essa lógica de exclusão se reproduz em diversas esferas da sociedade — inclusive nos serviços públicos destinados à atenção psicossocial (Elbreder, 2008). Ao voltarmos o olhar para um CAPS AD, torna-se evidente que mulheres em situação de uso abusivo de drogas enfrentam estigmas ainda mais profundos, uma vez que sofrem intersecções de opressões¹. Elas são duplamente penalizadas: tanto pelo uso de substâncias quanto por não se adequarem aos papéis de gênero socialmente prescritos (Elbreder, 2008).

Nesse contexto, a presente pesquisa tem como objetivo investigar como os marcadores sociais de gênero, raça e classe aparecem nas pesquisas sobre o uso abusivo de álcool e outras drogas. Busca-se compreender se tais dimensões vêm sendo devidamente consideradas nas pesquisas acadêmicas contemporâneas — fundamentais não apenas para a construção de saberes críticos e socialmente comprometidos, mas também para a formação teórico-prática de profissionais da saúde, que atuarão diretamente com essas populações.

Portanto, para alcançar os resultados necessários para essa pesquisa faz-

¹ A interseccionalidade é apenas uma das maneiras de analisar o gênero, a questão da mulher pode ser estudada mediante perspectivas da consubstancialidade, da dialética etc.

se necessário em primeiro momento compreender a história do consumo de álcool e outras drogas no Brasil, por meio da perspectiva de gênero, classe e raça, para entender o padrão de consumo da contemporaneidade. Além disso, é importante para a continuidade da pesquisa caracterizar o conceito de interseccionalidade entre gênero, raça e classe, como também, sua importância para a discussão de saúde mental. Em conclusão, é primordial analisar como as relações de gênero estão contempladas nas produções acadêmicas voltadas ao atendimento integral e à proteção dos indivíduos que fazem tratamento para álcool e outras drogas, pois são essas produções a referência para os profissionais que vão atuar nessa área.

Essa pesquisa será fundamentada através da perspectiva marxiana e marxista, considerando o método do materialismo histórico dialético, o qual investiga criticamente o objeto da análise considerando a realidade social (Marx, 2008). Sendo esse elemento fundamental na construção do Trabalho de Conclusão de Curso, pois esse método tem como prioridade discutir as contradições do capital e seus impactos para as expressões da questão social (Masson, 2007). Dessa maneira, Karl Marx faz essa análise da importância da pesquisa no pós-fácio de sua obra O Capital em 1867, onde expressou:

A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear a sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Caso se consiga isso, e espelhada idealmente agora a vida da matéria (Marx, 1998, p.26)

Desse modo, é evidente a importância de realizar o estudo das políticas públicas que garantem atendimento integral aos usuários de álcool e outras drogas, através do método do materialismo histórico, porque a criação de leis são realizadas e constituídas posteriormente a uma análise crítica da sociedade onde se tem como o objetivo a resolução do problema (Kingdon, 1995). Portanto, é necessário tecer a análise sempre recordando que elas são utilizadas como formas de manutenção da exploração e poder pela classe dominante (Marx, 2008). Sendo assim, é uma pesquisa que primordialmente ocorrerá um destaque em observar os impactos das relações de gênero e suas expressões que algo é necessário de ser levado em consideração na construção de leis e políticas para indivíduos que fazem uso abusivo de substâncias psicoativas.

Portanto, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi organizado em várias etapas para possibilitar um melhor desenvolvimento da pesquisa (Miotto, Lima, 2017). Por isso, foi primordial, em um primeiro momento, realizar um levantamento bibliográfico e documental com o objetivo de construir uma base teórica consistente, capaz de sustentar e explicitar os objetivos do trabalho (Miotto, Lima, 2017).

O estudo assumiu majoritariamente o caráter de pesquisa documental e bibliográfica, com ênfase na análise de relatórios, políticas públicas e legislações. No entanto, também foram utilizadas diversas referências bibliográficas, como artigos acadêmicos, páginas da internet, monografias de profissionais de diferentes áreas, a fim de incorporar as perspectivas de gênero, raça e classe. Além disso, obras literárias compuseram o corpus do trabalho, reconhecendo-se que a ficção marca momentos significativos da história, servindo, por muitos anos, como meio de expressão artística e política (Marson, 2004). Dessa maneira, cabe analisar os aspectos e impactos que tornam as pessoas situadas na interseccionalidade de gênero, raça e classe mais vulneráveis no processo de tratamento relacionado ao uso de álcool e outras drogas (Cugler; Figueiredo, 2021).

2. A HISTÓRIA DO CONSUMO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS E AS POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AO USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS

De acordo com o Ministério da Saúde as drogas são definidas como substâncias químicas com a aptidão de alterar seu sistema nervoso, conseqüentemente, por essa razão podem ocasionar padrões variáveis de comportamento (OMS, 1981). Contudo, quando vamos averiguar a percepção social sobre essa temática, é notório que existe uma visão extremamente deturpada sobre os indivíduos que utilizam de maneira abusiva álcool e outras drogas, sendo sistematicamente associados ao vício e a perda dos “valores morais” pré-estabelecidos na sociedade (Carneiro, Carvalho, Vieira, 2017).

Portanto, na contemporaneidade, as drogas no Brasil podem ser classificadas de duas maneiras, pela legalidade como “lícitas”, que estão regulamentadas e autorizadas pelo governo e as “ilícitas” as que têm seu uso proibido ou precisam ser prescritas para serem utilizadas legalmente (OCID, 2022). Além disso, elas também podem ser diferenciadas pelos efeitos no organismo, podendo ser uma substância “depressora” que diminui o ritmo do sistema nervoso como álcool ou as “estimulantes” que evidentemente aumentam o padrão do sistema nervoso, como, por exemplo, a cocaína (OCID, 2022).

Ao contrário de algumas afirmações na qual alegam que o uso abusivo de drogas é um assunto estritamente da atualidade, existem diversos registros e pesquisas antropológicas afirmando que as substâncias psicoativas estão presentes em grande parte da história da humanidade, catalogadas em diferentes épocas e para diversas finalidades de uso (Santos, 2019). Portanto, ao analisarmos a trajetória das drogas no Brasil, primeiramente, é necessário observá-las numa perspectiva mundial, delimitando o perfil de usuários, os principais narcóticos que foram utilizados nesse recorte e qual sua relação com o padrão de consumo contemporâneo.

Os primeiros registros da utilização de bebidas com teor alcoólico foram na África, Ásia e Mesopotâmia com as bebidas fermentadas, contudo, foi através da abertura das navegações marítimas que ocorreu uma grande expansão no comércio do álcool e outras substâncias psicoativas, chegando em diversas partes do mundo (Torcato, 2016). Nesse sentido, em 1500 a.C, os egípcios já tinham registrado em hieróglifos e tumbas antigas como era feita a produção do vinho,

capturando todo o processo desde a colheita das uvas até o armazenamento da bebida (Pinheiro, Magalhães, Silva, 2021).

Por outro lado, além do vinho, a cerveja também foi bastante importante no Egito, exigindo cargos específicos dentro do império para assegurar sua qualidade, onde até hoje existem diversas pinturas a fresco sobre as comemorações e situações cotidianas que ela era utilizada naquele período (Sales, 2010). Todavia, é válido ressaltar que a cerveja era utilizada por todas as camadas sociais, pois tinha um menor valor de produção, ao contrário do vinho que tinha sua importância no quesito social e econômico (Pinheiro, Magalhães, Silva, 2021).

Assim, em diversos territórios onde predominava o cristianismo o vinho foi considerado o símbolo de evolução da sociedade moderna, agregando culturalmente um grande valor na sua utilização por trazer um status social para as pessoas que consumiam a bebida regularmente (Torcato, 2016). Portanto, ocorre uma simbologia da bebida como algo sagrado, pois em diversas passagens da Bíblia do Novo Testamento fazem alusões da bebida comparando com o sangue de Cristo. Desse modo, como fica explicitado em Lucas 20:20, Jesus anuncia: “Da mesma forma depois da ceia, tomou o cálice, dizendo: — este cálice é a aliança, é a nova aliança do meu sangue, derramado em favor de vocês”. Além do teor religioso, Hipócrates, considerado por muitos como o “pai da medicina” e um dos médicos mais importantes da Antiguidade, observou e registrou sobre as diversas formas medicinais que o vinho pode ser utilizado, principalmente, como anestésico, pois a bebida alcoólica pode causar o efeito anestésico nas pessoas que irão passar por um certo nível de dor, assim como meio antisséptico para evitar infecções em feridas abertas (Sales, 2010).

Nesse viés, é notório que o vinho é considerado algo sagrado em certos contextos sociais, permitida a sua utilização em moderação, e simultaneamente, é discriminada em outros panoramas sociais, principalmente, quando consumida em altas quantidades (Tocarno, 2016). À vista disso, é encontrado em algumas passagens da Bíblia, a evidente repreensão religiosa totalmente associada a uma falta de moralidade, respeito e vergonha (Sales, 2010). Assim, é dissertado no Antigo Testamento:

Bebeu do vinho, embriagou- se e ficou nu dentro da sua tenda. Cam, pai de Canaã, viu a nudez do pai e foi contar aos dois irmãos que estavam do lado de fora. Sem e Jafé, porém, pegaram uma capa, levantaram- na sobre os ombros e, andando de costas, cobriram a nudez do pai. Como o rosto deles estava virado para o outro lado, não viram a nudez dele(Gênesis 9:21-23 Almeida Revista e Atualizada).

Desse modo, ao contrário de outras substâncias psicoativas que são consideradas impróprias e vilanizadas por essa religião, onde é bastante responsável pela visão de moralidade e de “recaída” que é associada às drogas na atualidade, essa substância é aceita pela criação de uma simbologia religiosa, ou seja, em dado momento houve uma ressignificação por parte de um grupo que tornou-a aceitável na sociedade (Torcato, 2016). Todavia, é importante afirmar que o consumo de álcool e as “regras de consumo apropriadas” reproduzidas na contemporaneidade, por exemplo, o horário, dia da semana e local adequados, ocorre na sociedade por causa de um extenso controle geopolítico e social (Sales, 2010).

No Brasil, vários povos originários tinham rituais visando atingir o estado de embriaguez. Entre as bebidas fermentadas mais utilizadas estavam a chicha e a caiçuma que tinham a finalidade de atingir um determinado nível de espiritualidade, como também, era consumida para o quesito de socialização com as outras pessoas da comunidade (Douglas,1987). Portanto, para ritos de passagens ou festas que costumavam durar semanas com quesito de celebração se fazia o uso entre as pessoas (Douglas,1987). Por outro lado, foi apenas em 1814, no período da colonização, quando houve os primeiros registros realizados por parte dos portugueses sobre a produção de bebidas fermentadas pelos povos originários, onde se observa:

Os festejos são verdadeiras orgias, e caem principalmente no tempo em que amadurece o milho. As mulheres assentam-se em círculo e mastigam com grande presteza o milho, que, depois de bem triturado, é cuspidos dentro de um pote grande, em pé no meio delas. Durante um ou dois dias, continua esta mastigação, até que a quantidade suficiente esteja preparada. Neste milho mastigado e misturado com a saliva, põem ainda água, e deixam tudo fermentar, depois do que decantam o líquido, que se parece com cerveja fraca, e começa a festança.(...) Nem sempre fabricam a sua bebida com milho, também a fazem com raízes (Freireyss, 1996, p, 206)

Portanto, é notório que os portugueses viam as comemorações dos povos originários com reprovação, por mais que Portugal também tivesse o costume de ingerir bebidas alcoólicas. Quando ocorreu o período escravocrata no Brasil em 1500, ocorreu uma mudança no comportamento de uso de bebidas por parte dos indígenas e a população negra nesse recorte de tempo, principalmente, com inserção do vinho no cotidiano brasileiro trazido pelos portugueses e das bebidas destiladas, como, por exemplo, a aguardente (Júnior, 1934). Assim, houve uma certa hierarquização social através do álcool, visto que os vinhos era ingeridos pelos portugueses e a aguardente eram bebidas serem consideradas de negros (Júnior, 1934). Dessa maneira, é evidente que nesse período eram muito comum o uso de bebidas destiladas para ofuscar a dor da extrema violência e barbárie cometidas aos povos escravizados (Júnior, 1934)

Esse fenômeno é retratado no conto “Pai contra Mãe” do Machado de Assis, publicado em 1906, na coletânea “Relíquias da Casa Velha” que narra em primeira pessoa a história de um caçador de escravizados da Segunda Regência do Brasil que, com o propósito de evitar vender seu filho, vai capturar de maneira atroz outra escravizada, grávida e, pela tamanha violência imposta, sofre um aborto (Assis, 1906). Assim, considerado um dos contos mais pesados de Machado, além de retratar a escravidão no território brasileiro, realiza críticas à dinâmica de classes fazendo alusão ao consumo de álcool desse grupo naquele período, como eram utilizados como forma de dominação e manutenção do sistema de poder pelos os senhores de engenho (Gomes, 2022). Portanto, no primeiro parágrafo do conto o personagem principal traça o contexto social que ele está inserido, observa-se:

A escravidão levou consigo ófícios e aparelhos, como será sucetivo a outras instituições sociais. Não cito alguns dos aparelhos senão por se ligarem a certo ofício. Um deles era o ferro ao pescoço; outro ferro o pé; havia também a máscara da folha-de-flandres. A máscara fazia perder o vício de embriaguez aos escravos, por lhes tampar a boca. Tinha só três buracos, dois para ver e um para respirar e era fechada na cabeça com um cadeado. Com vício de beber, perdiam o vício de furtar, por que geralmente era dos vintens do senhor que eles tiravam com que matar a sede, e aí ficavam dois pecados extintos, e a sobriedade e a honestidade certas (Assis, 1906, p.7)

Dessa forma, é evidente que a utilização do álcool na colônia até a regência tinha uma funcionalidade para o capital, da mesma forma que gerava grandes

lucros já que existia muita produção de cana-de-açúcar, ele era utilizado como método punitivo e compensatório para os escravos que eram explorados (Scarano, 1975). Por outro lado, tinham um viés da moralidade e penalidade religiosa de quem consumia bebida alcoólica exageradamente, e obviamente, recaia com muita mais força para os negros do que para a população branca (Scarano, 1975). Contudo, é primordial pontuar que os negros além da etigmatização na perspectiva do álcool, eles também sofria preconceitos por serem constantemente associados a criminalidade e a violência por causa do imaginário racista presente na sociedade (Marques, 2022).

Posteriormente, depois do período feudal, no século XVIII, ocorreu o começo do industrialismo moderno na Europa, extremamente importante para o desenvolvimento econômico, visto que a produção estava aumentando e em uma menor quantidade de tempo (Carneiros, 2005). Por outro lado, foi considerado “O Século do Alcoolismo” por haver uma grande comercialização em massa da bebida, pois os trabalhadores nesse período tinham poder de compra, e conseqüentemente, o álcool começou a ser mais acessível (Carneiros, 2005). No Brasil, que teve sua modernização industrial tardia em consideração a outros países, no século XX houve um aumento enorme em comércios de destilarias e cervejarias, sendo que a primeira instalada em território brasileiro foi em 1848 na região do Rio de Janeiro, intitulada Vogelim & Bager (Moraes, 2011).

Assim, é evidente que ocorreram muitas mudanças econômicas e sociais com o sistema capitalista, onde os trabalhadores passaram a ser “livres”, contudo, sendo obrigados para sobreviver a vender sua força de trabalho para o mercado (Moraes, 2011). Além disso, essa relação de luta de classes trouxe novas configurações para a vida cotidiana, onde ao contrário da classe dominante que adquire cada vez mais riquezas, a população sofria com acelerado processo de modernização e o alcoolismo foi um desses fatores de ebulição desse período industrial (Moraes, 2011).

Desse modo, percebendo o problema social o governo incentivou várias campanhas e mecanismos para combater o uso abusivo de álcool entre a classe trabalhadora, pois naquele período pessoas com dificuldades com o consumo moderado da bebida alcoólica eram relacionadas aos indivíduos ociosos (Bertucci, 1997). Portanto, conforme a lógica vigente, os alcoolistas eram um empecilho para a sociedade, pois consideravam que essas pessoas não produziam o suficiente

para o capital e isso atrapalhava a reprodução, como também, a manutenção do acúmulo de riquezas do capitalismo (Moraes, 2011).

Assim, no governo Epitácio Pessoa em 1921, utilizava-se por meio da intervenção policial e o proibicionismo como método de resolução dessa problemática (Fiore, 2005). Dessa maneira, acabou ocorrendo a primeira lei contra o consumo de álcool no Brasil, com Decreto nº 4.294/1921 houve a proibição da embriaguez como ato nocivo à segurança pública tendo como penalidade a internação compulsória, além de estabelecer penalidades para a venda do ópio, cocaína e morfina, (Fiore, 2005). Nesse sentido, é notório que, ao invés de observarem essa questão como um problema ocasionado pela exaustão psíquica causada pela as condições de trabalho insalubres do período, era imputada a culpa na incapacidade individual das pessoas (Engels, 2008).

Portanto, no Brasil, posteriormente foram criadas diversas leis no século XX, com o objetivo de combater o uso de substâncias psicoativas no país (Campos, Vargas, 2019). O decreto de nº 891/1938, apresentado no Código Penal, foi constituído com a finalidade de condenar em penitenciárias indivíduos que utilizavam as drogas supracitadas (Campos, Vargas, 2019). Além disso, o decreto nº 2.848/1940 na qual regulamentava a punição para as pessoas que vendiam ou forneciam as substâncias psicoativas para população (Campos, Vargas, 2019). Desse modo, é evidente que o século XX foi marcado por inúmeras legislações com o teor proibicionista em relação com o consumo de substâncias psicoativas, e no começo do século XXI, ocorre uma transformação no debate transferindo o debate do uso abusivo de álcool e drogas para a saúde mental (Campos, Vargas, 2019).

Neste sentido, é necessário compreender a história do consumo do álcool para compreender o seu consumo na atualidade. Ele tornou-se a substância psicoativa do Brasil mais utilizada pela população, conforme o levantamento realizado pelo Centro de Informações sobre a Saúde do Álcool em 2023, 45% dos brasileiros utilizam a bebida, sendo que 17% faz uso abusivamente (CISA, 2023). Todavia, além do álcool, existem outras substâncias psicoativas presentes na historiografia do território brasileiro, na qual foram usadas primeiramente para fins curativos e posteriormente com finalidades recreativas como a maconha, ópio e a coca (Tocar, 2006).

Dessa maneira, entre as mais populares está a Canábis, que chegou ao país através dos povos africanos e foi bastante utilizada para fins medicinais para diminuir as dores de cabeça (Tocar, 2006). Posteriormente, sua variação conhecida como a maconha é bastante repudiada e criminalizada, sendo intrinsecamente relacionada com o racismo.

O repúdio à integralidade do que representa culturalmente as origens africanas, agregado a teorias lombrosiana extremamente racistas com ideologias de hierarquização das raças, a cultura e os costumes da população negra foram colados em um lugar de criminalização, violência e tentativa de apagamento histórico realizado até a modernidade (Barros, Peres, 2011). Essa teoria afirmava que certas etnias eram biologicamente mais propensas a condutas inapropriadas para o avanço da civilização, na qual era justificada pelo aparato pseudo científico que vários pesquisadores apresentavam (Barros, Peres, 2011). Entretanto, por mais que ocorra essa discriminação social e penal, de acordo com dados da Fiocruz de 2017, provavelmente 7,7% da população brasileira utilizou maconha de maneira recreativa alguma vez na vida, sendo a substância psicoativa ilícita mais consumida no Brasil (Krapp, 2019).

Todavia, é notório através da antropologia do álcool e da maconha que existe um interesse geopolítico para o proibicionismo ou a comercialização de determinadas drogas. Uma substância que foi de forte interesse e disputa do capitalismo foi o ópio (Veloso, Silva, 2001). Ele é bastante antigo, tendo registro do seu uso no Egito, como também, na Mesopotâmia, utilizado primeiramente, como explicita os médicos gregos Hipócrates e Galeno, medicinalmente como ingrediente base de 700 remédios utilizados no período (Veloso, Silva, 2001). Devido sua importância e a lucratividade que adivinha da substância a China declarou guerra contra a Inglaterra na qual estava produzindo a droga em seu território, portanto, o governo chinês então proibiu o consumo da droga e confiscou vários lotes da produção, iniciando a “Guerra do Ópio” (Veloso, Silva, 2001).

Um pensador que dissertou apresentando críticas às atitudes do governo inglês na “Guerra do Ópio” foi Karl Marx no livro “Sobre a China” em 1853 que posteriormente foi reunido em diversos artigos sobre essa temática em uma publicação que saiu no New York Daily Tribute no século XIX (Costa, Mendes, 2022). Dessa maneira, Karl Marx realizou duras críticas à Primeira e à Segunda Guerra, principalmente, as táticas utilizadas pela Inglaterra para dominar a China,

quase de maneira colonial para conseguir o monopólio da substância (Costa, Mendes, 2022). Todavia, o governo inglês ainda foi proclamado vencedor e através do Tratado de Nanquim ordenou para a China devolver todos os lucros de produção do ópio perdido (Costa, Mendes, 2022). Portanto, considerado por Marx uma das mais injustas guerras, ele declarou:

Os inofensivos habitantes e pacíficos mercadores de Cantão foram massacrados, as suas casas arrasadas pela artilharia e os direitos humanos violados, com o fútil pretexto de que 'a ameaça dos agressores chineses pesava sobre a vida e o patrimônio britânicos'! O governo e o povo britânico sabem - pelo menos aqueles que se deram ao trabalho de seguir o caso - o quão falsas e vazias são essas acusações (Marx, 2016, p. 78).

Por outro lado, também criticou o silêncio por parte do governo inglês sobre o comércio ilegal de ópio que alimentava a economia da Inglaterra por muito tempo e a ilegitimidade da guerra (Costa, Mendes, 2022). Além disso, houve um silêncio da mídia sobre os verdadeiros motivos para a guerra, pois traçava obviamente uma linha de pensamento que favorecia a Inglaterra e seus trâmites econômicos (Costa, Mendes, 2022).

Karl Marx também explicita sobre a falta de ação de outras potências econômicas frente a Guerra do Ópio mesmo com o pretexto questionável e o objetivo curioso e ele reafirma a importância dessa abertura comercial continental com China para outros países (Costa, Mendes, 2022). Sendo assim, apenas afirma como as drogas podem ser usadas como mercadoria e valor de troca se isso for de interesse para o sistema capitalista (Costa, Mendes, 2022).

Sendo assim, o ópio foi a primeira substância que se tem registro de proibição de comercialização e produção, posteriormente houve vários eventos para discutir sua proibição e de outras substâncias (Torneto, 2016). Por exemplo, a Conferência de Xangai de 1908 e a Convenção de Haia de 1902, na qual foram impostos limites ao consumo de ópio, permitida a sua utilização apenas para fins medicinais (Torneto, 2016). Um dos países que reproduziu essa dinâmica proibicionista foi os Estados Unidos, ao contrário da Europa que enxergava essa ação como uma queda no lucro da sua produção (Lipii, 2010). Posteriormente, foi criada uma série de órgãos para controlar o consumo, entre eles, estão a Comissão das Nações Unidas em 1946 sobre Drogas Narcóticas e a Convenção

Contra o Tráfico Ilegal de Narcóticos e Substâncias Psicotrópicas de 1977, sendo o pontapé inicial para outras conferências de regulamentação, tráfico e classificação das drogas, prevendo penas a quem estivesse portando drogas ilícitas (Torneto, 2016).

Todavia, outras substâncias psicoativas também foram importantes para a historicidade das drogas, como também, para compreender o padrão de consumo abusivo no Brasil, sendo elas talvez as drogas ilícitas que têm mais estigmatização sociais e de classe, a cocaína e o crack (Mira, 2023). Dessa maneira, é importante observar que ambas estão interligadas na sua produção, ao serem produzidas a partir da planta denominada “Erythroxylon Coca”, historicamente usada para fins recreativos e medicinais (Mira, 2023).

A planta e seus derivados químicos são registrados há mais 2.500 anos, utilizada eventualmente em actos religiosos, como indígenas peruanos, que colocavam as folhas junto a pessoas mortas para uma melhor “passagem” para o além-vida (Weiss, Mirin, Bartel, 1994). Contudo, foi na colonização que ela foi associada ao aumento da produção de trabalho devido ao alcaloide presente na planta, fazendo seu consumo reduzir o cansaço e a fome (Weiss, Mirin, Bartel, 1994).

No Brasil, no começo do século XX, a cocaína era legalizada pela sua utilização para fins medicinais, ocorrendo diversas propagandas comerciais da venda da substância para auxiliar na tosse e em outros sintomas (Weiss, Mirin, Bartel, 1994). Contudo, com os problemas agudos ocasionados pelo seu uso abusivo, ela foi proibida no Ocidente e em 1994 os EUA decretaram a Lei Seca que proibia o consumo (Weiss, Mirin, Bartel, 1994). Por lado no Brasil ela foi proibida em 1921 pelo o Decreto nº 4.292/1921 que proibia o consumo, venda e criava mecanismos para os indivíduos que utilizavam a substância como penas judiciais e internação em centros psiquiátricos (Mira, 2023)

Todavia, mesmo com a proibição, a cocaína é uma substância que sempre esteve presente na historiografia e no imaginário popular, pois no final do século XX seu consumo se tornou glamourizado, vinculado a um estilo de vida elitizado (Urzaiz, 2021). Sendo retratada dessa forma em diversas passagens da cultura americana, como o “cocaine chic”, uma estética de beleza dos anos 1990 na qual o padrão das modelos eram corpos extremamente magros, rostos com expressão

melancólica, vinculados sempre a marcas de luxos, como também, uma vida de ostentação e festa (Urzaiz, 2021).

Em contraste, temos o crack, um entorpecente feito através dos restos da produção da cocaína, bicarbonato de sódio e água que tem seu processo de solidificação em forma de pedra, inalado por certos mecanismos, por exemplo, um cachimbo ou latas de alumínio (Santos, 2025). Essa substância psicoativa talvez seja quimicamente uma das mais potentes, pois além das substâncias introduzidas na droga, os indivíduos inalam metal por usarem latas de alumínio que acabam entrando na corrente sanguínea. Além disso, ao contrário da cocaína, o crack tem baixo custo de produção (Santos, 2025).

Ao contrário da cocaína, o crack sempre foi representado socialmente e midiaticamente por uma parcela da população mais vulnerável, especialmente, pessoas em situação de rua (Duailibi, Ribeiro, Laranjeira, 2008). Assim, talvez um dos piores efeitos do crack seja a violência do tráfico de drogas que está vinculada a essa droga em específico, além disso, indivíduos que têm esse narcótico em uso problema tem a utilização de outras substâncias junto, aumentando ainda mais os risco de saúde (Duailibi, Ribeiro, Laranjeira, 2008).

Todavia, é importante salientar o que faz a substância ser algo que vai ocasionar dependência, está mais relacionada ao seu contexto social e como a droga está presente no seu cotidiano que os elementos químicos correspondentes (Santos, 2019). Pois existem outras substâncias que não são consideradas danosas socialmente, mas podem trazer benefícios ou malefícios, dependendo de uma série de fatores, por exemplo: o fator social, contexto de uso, quantidade e constância (Tocarno, 2016). Assim, outros dois estimuladores químicos fundamentais econômica, social e historicamente que muitas vezes não são colocados nesse lugar: são o café e o açúcar.

O café talvez seja a substância química estimuladora mais usada entre os brasileiros, já que algumas pessoas não conseguem imaginar começar o dia sem tomar uma xícara. Contudo, seu trajeto histórico antes de se tornar essa potência industrial tem diferentes histórias e mitos relacionados a como a bebida foi criada (Melo, Silva, Nunes, 2018). Outrossim, a Associação Brasileira de Indústria observa-se que no século XVII as populações árabes eram as únicas produzindo e cultivando em quantidade expressiva essa matéria-prima, e posteriormente, os

holandeses ficaram responsáveis pelo transporte, assim como a distribuição ao redor da Europa (Melo, Silva, Nunes, 2018)

No território brasileiro, os primeiros registros desse produto no país são quando o governador do Maranhão, no século XVIII, trouxe da Guiana Francesa ilegalmente as mudas de café, e conseqüentemente, o clima brasileiro era extremamente propenso para a cultura do mesmo que foi amplamente difundido e comercializado, gerando até a contemporaneidade grandes fortunas com sua exportação e importação (Melo, Silva, Nunes, 2018). Assim, como é explicitado no livro *Café Origem e Contribuição para a Economia do Brasil* de 2018, os escritores afirmam:

Para a ABIC (2009), o café chegou inicialmente à região norte de nosso país, mais pontualmente em Belém, no ano de 1727, solicitado pelo governador do Maranhão e Grão Pará, o militar luso brasileiro, Sargento Mor Francisco de Mello Palheta. Ele trouxe uma pequena muda de forma clandestina, dentro de seus pertences pessoais da Guiana Francesa para o Brasil recebendo assim, o título de o introdutor responsável pelo cultivo do café no Brasil. Mas, ainda de acordo com a ABIC (2009), descrevem que, devido às condições climáticas favoráveis do Brasil ao cultivo da planta, foi difundida principalmente pelos Estados do Pará, Maranhão, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Minas Gerais. O plantio do café no Brasil se estabeleceu com os latifundiários aproveitando a mão de obra dos escravos e conseguindo através de seus altos lucros geração de grandes fortunas. (Melo, Silva, Nunes, 2018, p. 18-19)

Atualmente, o Brasil é uma das maiores potências mundiais de exportação de café, principalmente, as produções de Minas Gerais totalizando em 36% da produção do mundo saindo do território nacional (Boschiero, 2024). Além do café, o Brasil também é um forte produtor de importação e exportação de açúcar, de acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento em 2024 estima-se que o território brasileiro produziu 685 milhões de toneladas (CONAB, 2024)

Por outro lado, o açúcar chegou ao Brasil através da colonização dos portugueses por volta de 1500, pois eles já tinham a produção de açúcar em Portugal e na Ilha de Madeira, pois o clima era propício para cultivo e, em pouco tempo, estava sendo produzido em território nacional essa especiaria (Rodrigues, Ross, 2020). Contudo, o café e açúcar ainda são duas potências econômicas enormes e altamente consumidas pelos indivíduos com pouca ou nenhuma interferência governamental e social, ao contrário das outras substâncias supracitadas anteriormente.

2.1 Proibicionismo e a Luta Anti-Manicomial no Brasil

O proibicionismo no Brasil começou a ganhar força e se igualar às configurações da atualidade no século XX, acompanhando tendências de outros países que estavam adotando essas medidas (Machado, Boarini, 2013). Desse modo, em 1926 é instituída a Liga Brasileira de Higiene Mental criada pelo médico Gustavo Riedel que veio com a linha de Movimento Sanitário, como também, higiene mental tendo uma visão mais de organização social do que cuidados e prevenção da população (Machado, Boarini, 2013).

Contudo, foi um marco bastante importante para o desenvolvimento da luta antimanicomial, mas foi com o Decreto n 24.599/1934 (Lei de Assistência aos Doentes Mentais) que determinava as instituições psiquiátricas como alternativa de tratamento necessária para os indivíduos (Delevanti, Figueiredo, Tavares, 2014). Em 1938 aconteceu o primeiro registro legislativo brasileiro que reconhecia a necessidade de uma regulamentação das substâncias psicoativas pelo Decreto-lei nº 891 (Lei de Fiscalização de Entorpecentes), para prender pessoas que estivessem em posse de ópio, cocaína, morfina, maconha, álcool e suas variações, dando autorização para internação compulsória e prisão para indivíduos em uso (Machado, Boarini, 2013). Assim, a lei proibitivos afirmava em seguinte trecho:

Facilitar, instigar por atos ou por palavras, a aquisição, uso, emprego ou aplicação de qualquer substância entorpecente, ou, sem as formalidades prescritas nesta lei, vender, ministrar, dar, deter, guardar, transportar, enviar, trocar, sonegar, consumir substâncias compreendidas no art. 1º ou plantar, cultivar, colher as plantas mencionadas no art. 2º, ou de qualquer modo proporcionar a aquisição, uso ou aplicação dessas substâncias - apenas: um a cinco anos de prisão celular e multa de 1:000\$000 a 5:000\$000.(Lei decreto n 831 art 33)

Assim, com o proibicionismo foram criados mecanismos estatais para controlar e reprimir a população usuária, semelhantes aos empregados contra indivíduos com transtornos mentais (Arbex, 2016). Dessa maneira, esse determinado grupo de pessoas foram colocados em Hospitais Psiquiátricos em busca de prevenção, mas essas instituições não tinham nenhuma intenção de um

tratamento integralizado e humano, e os sujeitos não tinham autonomia do seu próprio tratamento e raramente saíam das instalações psiquiátricas (Arbex, 2016).

Nesse sentido, em pouco tempo ficou evidente que os mecanismos do governo ou as instituições filantrópicas eram utilizadas para escantear os grupos minoritários marginalizados da sociedade e recolocá-los em lugares longe dos olhares da população, ou seja, era realizado uma “limpeza social” com o aparato do governo (Arbex, 2016). Segundo a escritora Daniela Arbex que escreveu o livro premiado “Holocausto Brasileiro”, de 2013, em que evidenciava as ações desumanas que ocorriam no Hospital Colônia de Barbacena em Minas gerais::

Os pacientes do Colônia morriam de frio, de fome, de doença. Morriam também de choque. Em alguns dias os eletrochoques eram tantos e tão fortes que a sobrecarga derrubava a rede do município. Nos períodos de maior lotação, 16 pessoas morriam a cada dia e ao morrer, davam lucro. Entre 1969 e 1980, mais de 1.800 corpos de pacientes do manicômio foram vendidos para 17 faculdades de medicina do país, sem que ninguém questionasse. Quando havia excesso de cadáveres e o mercado encolheu, os corpos passaram a ser decompostos em ácido, no pátio da Colônia, na frente dos pacientes ainda vivos, para que as ossadas pudessem ser comercializadas (Arbex, 2016, p. 10).

No entanto, é válido ressaltar que não tinham apenas pessoas com problemas psicossociais nessas instalações, muitos presos políticos eram internados compulsoriamente depois dos interrogatórios e da tortura passada para revelar informações sobre as insurgências contra a ditadura militar (Carvalho, Pereira, Meinerz, 2024). Por outro lado, também eram integrados aos manicômios mulheres que, de acordo com seu seio familiar, não seguiram o comportamento de “feminilidade e moralidade” imposta à população feminina naquele período, sendo despejadas nessas instituições (Arbex, 2016).

Com a crise do regime militar no Brasil, começaram as primeiras lutas em torno da saúde mental, produzindo diversas pesquisas críticas em que se debatiam as condições sub-humanas que os indivíduos que estavam em manicômios passavam (Costa, Grunpeter, Mustafá, 2007). Assim, nesse panorama social, surgiu o Movimento dos Trabalhadores da Saúde Mental em 1979, extremamente importante, pois além de cobrar melhores condições de trabalho para os profissionais da saúde, também denunciava métodos psiquiátricos punitivos utilizados em pacientes, como uso de eletrochoque (Costa, Grunpeter, Mustafá, 2007).

Posteriormente, com os debates ocorridos nesse período, ocorreu em 1980 a Primeira Conferência em Saúde Mental e o II Encontro Nacional dos Trabalhadores em Saúde Mental, que foram fundamentais para o andamento da luta pela Reforma Sanitária, que defendia a universalidade no acesso à saúde no Brasil, princípio oficializado na Constituição Federal de 1988 (Pires, Rezende, 2016). Em seguida, ocorreu outro marco necessário para a evolução da saúde mental, a Lei 8.080 (Lei Orgânica de Saúde) de 1990, que abrangeu o conceito de saúde integral, para além da assistência médica ambulatorial, em todas as suas instâncias, através da criação do SUS (Sistema Único de Saúde), uma quebra de paradigma para a conquista de direitos saúde gratuita para todos os indivíduos (Goulart, 2006).

Por outro lado, é evidente a importância dessa nova construção dos cuidados relacionados aos usuários de álcool e outras substâncias psicoativas, foi a Política de Redução de Danos na qual teve seu início em 1998, utilizada primeiramente como método de prevenção de transmissão do HIV (Brites, 2017). Todavia, teve seus primeiros registros em ações para o cuidado das pessoas em uso abusivo de substâncias psicoativas na Holanda, quando as usuárias com receio da epidemia das hepatites virais reivindicaram ao governo o fornecimento de agulhas para que não houvesse uma transmissão em massa (Brites, 2017). Sendo assim, a redução de danos produziu respostas positivas e foi adotada em vários países como forma de cuidado e prevenção a essa população, entre eles, o Brasil (Brites, 2017).

No Brasil, a Redução de Danos teve seu primeiro registro em práticas em usuárias de cocaína injetável em 1989, devido ao alto risco de transmissão do HIV. Contudo, na redução de danos foi criado o Programa Municipal de Aids, disponibilizando as trocas de agulhas como forma de intervenção e de saúde preventiva, já que eram um grupo de risco pela constante compartilhamento de agulhas (Brites, 2017). Contudo, infelizmente, o governo de São Paulo agiu para que os responsáveis pelo programa responderem criminalmente, pois de acordo com a perspectiva deles, eles teriam incentivado o uso de drogas com essas ações (Brites, 2017). Sendo assim, essa ação conservadora seguiu ocorrendo nos anos posteriores, judicial e midiaticamente, pois associavam as práticas de redução de drogas ao aumento do uso de substâncias psicoativas ilegais (Brites, 2017).

Nesse sentido, a Redução de Danos foi bastante atacada e considerada um desperdício de dinheiro público, já que a população ainda não enxerga essa

expressão da questão social como um problema associado à saúde coletiva, mas num viés individualista e moralizante (Brites, 2017). A Redução de Danos, porém, tem o objetivo de minimizar os efeitos das substâncias psicoativas nos indivíduos mediante ações, como, por exemplo, a distribuição de cachimbos de inox e agulhas descartáveis, preservativos, comida, informações sobre o atendimento à saúde, atividade socioeducacionais, a substituição de substância por outra menos danosa etc. (Gomes, Vecchia, 2018).

Dessa maneira, apenas em 2001, foi sancionada a Lei de Saúde Mental nº 10.216, que juntamente com a Reforma Psiquiátrica teve o objetivo do fechamento de diversos manicômios para a abertura de outros mecanismos da saúde pública que tivessem o objetivo de atribuir ao usuário de álcool e outras drogas, ou pessoas com transtornos mentais, maior autonomia em seu tratamento, proibindo a internação forçada, sendo necessário um parecer médico e auxílio de equipes multidisciplinares para melhor atendimento dos usuários (Goulart, 2006).

Assim, nesse panorama social surgiram os CAPS (Centro de Atendimento Psicossocial) que está dentro da RAPS (Rede de Atenção Psicossocial) instituída pela Portaria GM/MS nº 3.088/2011, do Ministério da Saúde na qual tem o objetivo de organizar os fluxos de atendimento das pessoas com demandas de saúde mental (MS, 2022). Sendo assim, a RAPS compõe os seguintes mecanismos em território nacional:

48 mil Unidades Básicas de Saúde (UBS); 2.795 Centros de Atenção Psicossocial (Caps); 1.894 Serviços Hospitalares de Referência (Leitos em Hospitais Gerais); 3.219 Leitos em Hospitais Psiquiátricos; 801 Residências Terapêuticas; 183 Consultórios de Rua; 69 Unidades de Acolhimento (Adulto e Infanto-juvenil); 128 Equipes multiprofissionais de atenção especializada em Saúde Mental (AMENT). (Ministério da Saúde, 2022)

Os CAPS são serviços de porta aberta, ou seja, qualquer pessoa que ingressar na instituição deverá ter um acolhimento, tendo a finalidade de prestar atendimento à saúde não hospitalar para pessoas com demandas relacionadas à saúde mental de maneira interdisciplinar para que os usuários consigam ser inseridos de maneira efetiva à sociedade. Desse modo, ocupam profissionais multidisciplinares que têm como objetivo atender as demandas da população relacionadas com a saúde mental dos indivíduos, como também, com o uso

abusivo de álcool e outras drogas. A equipe pode contar com os seguintes profissionais de nível superior e médio: médico clínico, psicólogo, assistentes sociais, enfermeiro, técnica de enfermagem, redutores de danos, etc.

De outro viés, é necessário ressaltar que ao contrário dos manicômios, os usuários que entram em tratamento em CAPS tem como objetivo de receber alta e voltarem a se integrar na sociedade de forma equilibrada, ou seja, o usuário não precisa se isolar do seio familiar para ser atendido na instituição (Batista, Lucas, Ferreira, Meusta, Silva, Silva, 2016). Além de contar com uma equipe multidisciplinar que vai acompanhar o progresso dos indivíduos no serviço, esses profissionais também ficam à disposição para rede de apoio ao usuário, considerando os impactos sociais causados no seio familiar (Batista, Lucas, Ferreira, Meusta, Silva, Silva, 2016). Posteriormente, a redução de danos foi integrada ao Ministério da Saúde oficialmente através da Portaria nº 1028 em 1 de junho de 2005 na qual regulamenta ações dos redutores de danos dentro dos CAPS AD (Brites, 2017).

Contudo, mesmo com os avanços históricos realizados através de diversas lutas e reivindicações sociais, o proibicionismo no Brasil ainda apresenta uma grande estigmatização social aos indivíduos. Sendo explicitado pela Maria Lúcia Karam em seu artigo na qual faz críticas sobre a proibição das drogas em 2009, observa-se:

A política criminalizadora de condutas relacionadas à produção, à distribuição e ao consumo de determinadas substâncias psicoativas e matérias primas para sua produção, ocultando a identidade essencial em todas as substâncias psicoativas e a artificialidade da distinção entre drogas lícitas e ilícitas, é, hoje, a mais organizada, mais sistemática, mais estruturada, mais ampla e mais danosa forma de manifestação do proibicionismo a nível mundial. (Karam, 2009)

Além disso, existem diversos movimentos de retrocessos devido a muitos segmentos políticos com pensamentos ultra-conservadores em relação ao uso de substâncias psicoativas, entre eles, está a Resolução 01/2025 do Conselho Nacional de Políticas de Drogas, na qual permite que as comunidades terapêuticas possam ser utilizadas como mecanismo para o tratamento de usuários de álcool e outras drogas (Brites, 2017). As comunidades terapêuticas são um dos modelos utilizados para o tratamento de substâncias psicoativas com objetivo central de

paralisar o uso de maneira total dos indivíduos que utilizam drogas, a partir de um conjunto de ações laborativas e educativas realizadas no local, enfatizando o isolamento social e abstinência, todavia, nessas casas as pessoas se apresentam voluntariamente para passar pelo tratamento não existindo o internamento compulsório (Santos, 2018).

Contudo, por mais que as comunidades terapêuticas tenham como um dos alicerces centrais a convivência em comunidade com outros indivíduos com as mesmas dificuldades sobre o uso abusivo de drogas, existe evidentemente uma hierarquia social dentro da instituição, principalmente, entre os profissionais e as pessoas internas, já que os indivíduos em tratamento não tem muito controle sobre seu próprio tratamento, além de serem vigiados pela equipe (Santos, 2018). Além disso, os internos precisam trabalhar dentro da manutenção da instituição na limpeza, realizando refeições, sendo monitores ou auxiliando em vendas para arrecadar dinheiro para a instituição (Santos, 2018).

Assim, é perceptível a interligação da ação de trabalhar está relacionado com o álcool e outras drogas nas comunidades terapêuticas, já que umas das soluções para o tratamento para essa problemática é “ocupar sua cabeça através do trabalho” e isso é algo que não é terapêutico (Santos, 2018). Nesse sentido, essa lógica busca incentivar uma ideologia de que vender nossa força de trabalho traz algum benefício para saúde mental, retirando a verdadeira natureza do sistema capitalista que é a exploração (Santos, 2018). Por outro lado, se a utilização da força de trabalho é apresentada como uma das atividades para o tratamento, a religião é primordial sendo a instituição para o andamento do tratamento (Santos, 2018).

Portanto, tem uma grande presença da religião cristã e seus ensinamentos bíblicos, pois é utilizado como mecanismo de “prevenção” ao álcool e outras drogas, além de usar terminologias que através de um longo debate dos profissionais atuante saúde mental, não são mais utilizadas para se referir às pessoas com o uso abusivo de substâncias psicoativas (Santos, 2018). Sendo assim, isso é evidenciado no livro Comunidades Terapêuticas e Reflexões de Escrita de 2018, escrito Maria Paula Gomes dos Santos, que segundo a sua fala “No que se refere à orientação religiosa, cerca de 47% são evangélicas ou são protestantes 27% católicas. Cerca de 18% declaram-se sem orientação religiosa”,

como também retrata, “Não obstante, mais de 95% delas declararam desenvolver trabalhos espirituais”. Em vista disso, é claro a problemática de envolver uma determinada religião como a principal resolução de problemáticas sociais, pois é algo extremamente individual, defende uma moralidade pecaminosa que não é interessante em um ambiente que tem o objetivo o acolhimento, como também, exclui uma parcela considerável da população que não tem a fé cristã como base de sua vida (Santos, 2018).

Nesse sentido, é válido ressaltar que parte do recurso público está indo para instituições privadas que, por não serem governamentais, várias delas adotam visões religiosas e punitivas para o tratamento de usuários de substâncias psicoativas (Brites, 2017). No governo do ex-presidente Jair Bolsonaro vimos uma elevação do número de comunidades terapêuticas, e quando observamos a prefeitura de Recife através dados do Brasil de Fato Pernambuco devido à Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011, averiguou que Pernambuco repassou mais de 1 milhão e meio para as CTs (Barros, 2022).

Sendo assim, é notório o tamanho investimento público repassado para instituições privadas que por mais que em teoria buscam o cuidado da população usuária de drogas, são locais onde têm perspectivas conservadoras e individualistas presentes nos espaços, com o uso de substâncias psicoativas interligados com a falta de moralidade e fé pessoal (Brites, 2017). Um repasse milionário que poderia ser utilizado para ampliar e melhorar a RAPS, como também, auxiliar na contratação de mais funcionários para atuar nos CAPS’s que em diversos lugares tem problemas de superlotação e falta de toda a equipe multidisciplinar (Luiz, 2022).

Por causa dessa perspectiva religiosa existem diversas denúncias públicas que têm demonstrado que pessoas LGBTQI+ não são bem recepcionadas em comunidades terapêuticas, sendo uma pesquisa referente ao o Survey observam que a maioria das comunidades terapêuticas não aceitam pessoas transexuais para realizar o tratamento. Por isso, é extremamente importante as instituições públicas como CAPS AD que têm princípios e diretrizes extremamente cruciais para que essas situações discriminatórias não aconteçam em ambientes que é primordial o acolhimento e a confiança do usuário com a instituição.

Nesse sentido, é evidente a deterioração que essas iniciativas representam

a toda a evolução das políticas relacionadas ao tratamento psiquiátrico e psicossocial. Além de retroceder aos tratamentos manicomiais do XX, as comunidades terapêuticas ainda exploram a força de trabalho das pessoas em tratamento nas suas instalações, como também exigem pagamentos de pacientes e familiares (Brites, 2017). Adicionalmente, essas instituições têm em sua maioria um teor conservador, isto é, – proibicionista, higienista e punitivista – em relação às substâncias psicoativas, defendendo em seu tratamento a exclusão do seio familiar, a abstinência, e disciplina com muitas semelhanças aos manicômios (Araújo, Barcelo, Silva, 2020)

Portanto, é evidente que a reforma psiquiátrica ainda segue em disputa, pois apesar da grande importância dos avanços dos movimentos de saúde mental, ele tem enfrentado retrocesso pelos governos conservadores e autoritários que defendem o proibicionismo como solução do problema da guerras às drogas que ocorrem no Brasil. Igualmente, propõe aumentar o investimento em internações psiquiátricas (Albuquerque, Gonçalves, Lima, 2023). Assim, faz necessário que a discussão de temas sobre álcool e outras drogas, que analisem além do fator químico, considerando as dinâmicas de relações sociais, de gênero e raça (Albuquerque, Gonçalves, Lima, 2023).

3. SAÚDE MENTAL E O CONCEITO DE INTERSECCIONALIDADE ENTRE GÊNERO, RAÇA, CLASSE.

No Brasil, quando observamos o perfil dos usuários que fazem o uso abusivo de substâncias psicoativas, visualizamos a importância desse estudo para essa expressão da questão social. A interseccionalidade é um conceito que tem em vista superar o feminismo eurocêntrico e branco que foi muito presente ao longo dos anos, conseqüentemente, tem como objetivo incluir categorias como gênero, classe, sexualidade e raça no debate (Rios, Perez, Ricoldi, 2018). Portanto, o feminismo interseccional, explicita a conjunção dessas formas de opressão, como elas se entrelaçam, tornando-se novas e múltiplas maneiras de desigualdades presentes na sociedade (Rios, Perez, Ricoldi, 2018).

A primeira vez que o termo foi utilizado foi pela Kimberlé Crenshaw uma importante advogada e ativista dos direitos humanos em 1989, em uma defesa de

um caso jurídico de Emma Graffenried contra uma empresa automobilística na qual não a contratou por ser uma mulher negra (Hooks, 2000). Todavia, ela perdeu o caso contra a empresa, pois o juiz não reconheceu a justaposição desses dois elementos, a raça e o gênero, como também ignorou as consequências desses fatores nas configurações sociais da contemporaneidade (Hooks, 2000).

De acordo com o próprio juiz, a instituição automobilística não poderia ser condenada pela atitude racista, pois tinham vínculos trabalhistas com funcionários que eram homens negros trabalhando no setor de montagem e apresentavam mulheres brancas em funções de escritório (Hooks, 2000). No livro “Interseccionalidade: Feminismos Plurais” de 2019, a escritora Carla Akotirene explicita esse momento histórico da seguinte forma:

[...] nos Estados Unidos até a década de 1960, não contratava mulheres negras e, quando passou a fazê-lo na década seguinte, manteve a discriminação de raça e gênero prescrita às demissões compulsórias e restrições para admissão baseadas na altura e no peso corporal de funcionários. Em 1976, a trabalhadora Emma DeGranffenreid e várias mulheres negras processaram a General Motors por discriminação de raça e gênero, pois os homens negros trabalhavam na linha de montagem e as mulheres brancas nos serviços de secretariado. Para a Corte, tradicionalmente masculina e branca, é muito difícil compreender a identidade interseccional e criminalizar o racismo e o sexismo institucionalizados contra as mulheres negras sem enveredar pelos mesmos expedientes que as levaram recorrer às leis antidiscriminação, senão desmarginalizar raça e gênero (Akotirene, 2019, p. 62-63).

Nesse caminho, o termo gradativamente ganha mais força nos debates, principalmente, por teóricas e militantes do feminismo negro, sendo elas as responsáveis por ter abrangido a nomenclatura nas discussões feministas (Hooks, 2000). Desse modo, o movimento lutou para que a vinculação entre gênero, raça e a classe fossem pontos levantados nos debates sociais, visto que essa questão não era discutida na “Primeira Onda do Movimento Feminista” no século XIX, mesmo que as mulheres negras e lésbicas estivessem presentes e constantemente trouxessem essas temáticas nas lutas e reivindicações por direitos iguais nesse período (Hooks, 2000).

No Brasil, uma grande feminista que retratou sobre o feminismo e sua interlocução com o racismo em diversos livros e artigos foi a Lélia Gonzalez, uma

mulher extremamente renomada nacional e internacionalmente com formação acadêmica em filosofia, fundadora do Movimento Negro Unificado, como também, do “Nzinga” um Coletivo de Mulheres Negras em 1983 (Rios, 2001). Nesse viés, em suas obras e palestras acadêmicas em sua totalidade, abordava o decolonialismo e críticas ao feminismo ocidental, primordialmente, no apagamento da cultura africana em produções sociais e culturais brasileiras, ou seja, condenava a eliminação das produções de pessoas negras no Brasil, algo extremamente difícil, pois nosso país é recheado de representações do nosso cotidiano de origem da comunidade africana (Rios, 2001).

Além disso, em diversas obras como “A Mulher Negra do Brasil” de 1984 e “Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira de 1983,” a pensadora disserta sobre o sofrimento de ser uma mulher negra em território brasileiro, além de tecer críticas sobre a invisibilidade de algumas pessoas de reconhecer o racismo no Brasil por causa da miscigenação realizada no período escravocrata que teve o objetivo de clareamento da população brasileira (Rios, 2001). No livro que reúne seus ensaios e artigos mais famosos, intitulado “Por um Feminismo Afro-Latino Americano”, González observa em seu artigo “Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira” o seguinte questionamento:

A primeira coisa que a gente percebe nesse papo de racismo é que todo mundo acha que é natural. Que negro tem mais é que viver na miséria. Porquê? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, criancice etc. e tal. Daí é natural que seja perseguido pela polícia, pois não gosta de trabalho, sabe? Se não trabalha é malandro, e se é malandro é ladrão. Logo, tem que ser preso, naturalmente. Menor negro só pode ser pivete ou trombadinha, pois filho de peixe, peixinho é. Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto têm mais é que ser favelados. Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com eu não umas feições tão finas... Nem parece preto (Gonzalez, p. 69, 2020).

Sendo assim, é notório a importância das contribuições das mulheres negras e lésbicas em diversas garantias de direitos, pois foram extremamente

necessárias na busca de uma sociedade mais igualitária para a população feminina (Hooks, 2000). No feminismo demorou a aceitar abordar temas como a sexualidade como uma pauta a ser defendida pelo movimento (Costa, Soares, 2012). No Brasil, o movimento tomou novas configurações após a ditadura militar, principalmente, com a aproximação do feminismo com a esquerda e teorias marxistas, pois anteriormente o feminismo era muito ligado às mulheres vinculadas às Igrejas Católicas, ou seja, pautas como aborto, sexualidade e identidade de gênero eram temas difíceis de serem debatidos por um determinado grupo de mulheres brancas e elitizadas (Costa, Soares, 2012).

Por outro lado, é evidente que as mulheres negras sempre foram a base da organização da hierarquia social, de acordo com dados de 2013 do “Relatório Anual Socioeconômico da Mulher” observa-se que 40% da população em situação de pobreza no Brasil são mulheres negras (CNM, 2013). Portanto, é notório que a mulher negra sofre opressões por causa da raça e do gênero, estando abaixo da hierarquia social do homem negro, da mulher branca e do homem branco, sofrendo estigmatizações e violências por parte desses grupos, principalmente, a branquitude (Assis, 2018).

Desse modo, por causa da dominação causada pelo período colonial, as mulheres negras erroneamente são tratadas de maneira extremamente racista dentro de uma perspectiva que elas são faveladas, fortes, serventes etc (Assis, 2018). Além de ocuparem massivamente os dados de pobreza no país, elas têm menos oportunidades de trabalho, pois são destinadas a cargos profissionais que não são valorizados em sua devida importância, sempre presentes em dados sobre violência, escolaridade, moradoras de habitações inadequadas etc. (Assis, 2018).

As desigualdades e opressões vividas pelas mulheres negras são típicas interligadas ao racismo e machismo presentes na sociedade e estão presentes em todos os âmbitos, sendo extremamente necessário essa discussão nos movimentos sociais (Assis, 2018). Por outro lado, infelizmente, essas contribuições sempre foram apagadas historicamente pela mídia e pelo próprio movimento, pois a imagem veiculada de liderança dessa luta nos seus primeiros anos foi sempre das mulheres brancas, fazendo com que as mulheres afrodescendentes fossem vistas apenas como seguidoras da linha de raciocínio (Hooks, 2000).

Portanto, tornando-se evidente que as mulheres negras e brancas não alcançariam a igualdade dentro de um sistema capitalista racista e patriarcal (Hooks, 2000).

Desse modo, isso foi evidenciado quando as mulheres da classe dominante começaram a adentrar no mercado de trabalho tradicional, onde foi bastante significativo para a autonomia social e financeira, como também, representava uma desvinculação do seu papel materno e de cuidadora do seio familiar (Couto-Oliveira, 2007). Todavia, isso aconteceu em cima de mais sobrecargas de funções no trabalho para as mulheres negras, onde acabavam ocupando as funções “desocupadas” das mulheres brancas dentro das casas das patroas (Hooks, 2000).

Contudo, a extrema necessidade da dinâmica crescente das pautas mais colaborativas dentro do movimento feminista para além dos grupos das elites, aconteceu depois de muitas reivindicações das mulheres negras e homoafetivas com uma maior preocupação das interligações da raça e da classe (Hooks, 2000). Por outro lado, em primeiro momento essa discussão ficou bastante limitada às academias universitárias, tendo o seu conteúdo acessado por mulheres da classe dominante da sociedade (Hooks, 2000). Todavia, com avanços dos debates foi cada vez mais inserido a temática da luta de classe dentro do movimento feminista, com as mulheres da classe mais alta tendo acesso a críticas da esquerda sobre o patriarcado e o sistema capitalista na qual atua diretamente na reprodução da desigualdade do gênero isso foi tomando novas configurações (Hooks, 2000).

De outro modo, ainda existia uma parcela de mulheres do movimento feminista se recusando a integrar a classe e a raça às suas pautas, pois o objetivo delas eram alcançar a igualdade perante aos homens de sua própria classe social e não buscar mexer nas estruturais sociais que prevalecia a supremacia branca (Hooks, 2000). Todavia, é importante relatar críticas a perspectiva dos papéis de gênero já que na sociedade que estamos inseridos as funções e os comportamentos referentes ao homem e a mulher são construídos culturalmente, na qual as pessoas são atingidas por esses segmentos patriarcais desde o nascimento e acentua consequências durante o seu cotidiano sociedade atual, ocasionando impactos também à saúde mental (Carmo, Mesquita, Pinto, Ribeiro, 2018). Dessa maneira, o impacto da perspectiva de gênero, raça, classe e sexualidade está em todas as expressões da questão social, principalmente,

quando abordamos a saúde mental, como também, o consumo de substâncias psicoativas.

3.1 Classe e Saúde Mental

Na atualidade, é impossível dissociar a saúde mental das dinâmicas impostas pelo sistema capitalista, que estrutura a sociedade contemporânea. As exigências desse modelo econômico geram impactos profundos, refletindo-se em consequências sociais, econômicas, políticas e psíquicas que afetam amplamente a população. A precarização das relações de trabalho, a intensificação do ritmo produtivo e a instabilidade econômica contribuem diretamente para o adoecimento mental, evidenciando a relação entre sofrimento psíquico e as condições estruturais da vida em sociedade. Um autor que discorre sobre o impacto da luta de classes em basicamente toda a sua obra é o filósofo Karl Marx. Em obras como “O Capital: Crítica da Economia Política” de 1867 e “O Manifesto Comunista” de 1848, ele apresenta críticas a essa organização da sociedade e como ela é extremamente desumanizante para os indivíduos (Marx, 2007).

Segundo Karl Marx, a sociedade capitalista é estruturada a partir da divisão entre duas classes fundamentais: a burguesia, que detém os meios de produção, e o proletariado, que vende sua força de trabalho para garantir a própria subsistência (Marx, 2007). Essa relação é marcada pela exploração, pois a burguesia se apropria do excedente gerado pelo trabalho dos proletários, apropriando-se da mais-valia e garantindo a acumulação de capital (Marx, 2007). A contradição entre essas classes constitui a luta de classes, motor das transformações históricas no modo de produção capitalista (Marx, 2007).

Na sociedade capitalista, o trabalho foi e ainda é bastante glorificado, algo difundido como necessário para construirmos uma identidade pessoal e para conseguirmos uma vida plena (Cader-Nascimento, Ferreira, Nascimento, Prado, 2022). Contudo, de acordo com Karl Marx no livro O Capital, publicado pela em 1867, o ser humano virou apenas um apêndice das máquinas e o trabalho perdeu sua individualidade, conseqüentemente, a venda da força de trabalho é frequentemente romantizada, ocultando seu caráter coercitivo e exploratório para

a classe trabalhadora (Marx, 2007). Essa idealização contribui para a manutenção da lógica capitalista, na medida em que disfarça a relação de exploração e naturaliza a subordinação do proletariado à burguesia. Esse processo é essencial para a reprodução do sistema, pois legitima a extração da mais-valia e perpetua a acumulação de capital em benefício da classe dominante.

Assim, é evidente que a precarização do trabalho, a instabilidade do mercado de trabalho ou as consequências de não ter uma forma de renda salarial gera impacto na saúde mental dos trabalhadores, tornando a vida dos sujeitos um ciclo constante de insegurança. Desse modo, no início do século XXI, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) juntamente com a Organização Mundial da Saúde (OMS) alertaram como o impacto das transformações do trabalho dos próximos anos iriam aumentar a decorrência de afastamento dos trabalhadores por questões psíquicas, por falta de oportunidade de trabalho, a intensa privatizações de serviços, terceirizações e as novas tecnologias que ocuparam as funções de muitos indivíduos (Fernandes, Medeiro, Silva, Santos, Ribeiro, 2019).

De acordo com dados do IBGE, divulgado pela Secretária de Comunicação Social, em 2023, 59 milhões de pessoas em território nacional estão na linha da pobreza (IBGE,2023). Adicionalmente, 43% relataram sintomas que podem ser provenientes de ansiedade e depressão (Serrano, 2024). Além disso, segundo dados do Levantamento da consultoria IDados, em 2021, após pandemia, 30,2 % da população ganhava apenas um salário mínimo, fato crucial para a deterioração da saúde mental, já que com essa renda não é o suficiente para conseguir viver bem e ter todas as suas necessidades atendidas (Lima, Gerbelli, 2021)

A saúde mental, frequentemente abordada de maneira individualizada, deve ser analisada também à luz das estruturas sociais, especialmente no contexto do sistema neoliberal, caracterizado por sua lógica opressora e precarizante (Bernardo, Silva, Souza, 2016). Assim, é fundamental reconhecer a dimensão coletiva desse fenômeno, uma vez que a culpabilização exclusiva do indivíduo não apenas ignora os determinantes sociais do sofrimento psíquico, mas também contribui para seu agravamento, intensificando a precarização das condições de vida e trabalho (Bernardo, Silva, Souza, 2016).

Por outro lado, existe um crescimento do número de pessoas em sofrimento

psíquico relacionado à insalubridade do mercado de trabalho. É um fato que as pessoas em situação de rua, um dos ápices da exclusão social, é um fenômeno em estreita relação com o problema da saúde mental e seu impacto em uma sociedade alicerçada na desigualdade social. Esse grupo exemplifica a ausência da efetivação dos direitos previstos na Constituição de 1988, demonstrando como a cidadania, tal como descrita e propagada pelo Estado, não se estende de forma universal a toda a população. Essa exclusão se manifesta de maneira evidente na persistência da extrema pobreza no Brasil, revelando as contradições entre o discurso jurídico-normativo e a realidade social (Abreu, Salvadori, 2015).

No Relatório População em Situação de Rua: Diagnóstico com Base nos Dados e Informações Disponíveis em Registro Administrativo e Sistemas do Governo Federal de 2023, em uma pesquisa realizada em colaboração com o Ministério de Direitos Humanos e da Cidadania com a população em situação de rua, afirma que em 2022 foram registrados 236.400 pessoas em situação de rua no Brasil (MDHC, 2023). Portanto, esta pesquisa revela que a maioria da população em situação de rua é composta por pessoas negras, sendo os homens negros o grupo predominante, representando 69% do total, conforme apontado no relatório. Além disso, as principais denúncias registradas por essa população no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) referem-se a episódios de violência física e psicológica (MDHC, 2023). No artigo “O Recorte Racial como Traço Permanente da População em Situação de Rua no Brasil” de Rafaela Oliveira e Valter Martins, se argumentam os motivos da população negra constituir a maioria dos indivíduos nesse grau de vulnerabilidade social:

A não inserção dos negros no mercado de trabalho ou a inserção precária, aliada à falta de acesso aos serviços essenciais e ao reconhecimento da cidadania, contribui para a manutenção e para a ampliação das desigualdades raciais, que, aliadas às opressões de classe, pela destituição dos meios de produção, intensificam a reprodução da população em situação de rua, como um reflexo da intersecção entre as subordinações de raça e de classe (Oliveira; Martins, 2022, p. 412)

Por outro viés, por mais que os homens sejam a maioria em nessa situação de vulnerabilidade social, as mulheres são 40% das vítimas em casos notificados

de violência, enquanto as mulheres trans são em sua maioria vítimas de violência pela sua identidade de gênero (MDHC, 2023).

Por fim, é notório que o sistema capitalista vigente produz desigualdades sociais e amplifica as expressões da questão social, ocasionando sérios impactos na saúde mental da população. Conseqüentemente, com o desequilíbrio em questões psíquicas, aumenta a propensão para o desajuste do consumo de substâncias psicoativas, do uso abusivo de álcool e outras drogas (Bondezan, Fernandes, Russo, 2022)

É evidente a importância de relacionar esses eixos e configurações sociais no debate sobre a saúde mental, abordando as dimensões sociais dos indivíduos e suas interposições de gênero, raça, classe e sexualidade, no momento de planejar ações para o enfrentamento do uso abusivo de substâncias psicoativas, como também, na elaboração de pesquisas com esse grupo (Gonçales, Ramos, 2017).

3.2 Gênero e Saúde Mental

O famoso chá de revelação, uma festa bastante popular na contemporaneidade, tem como objetivo basicamente comemorar o descobrimento do sexo do bebê que está para nascer, conseqüentemente, é uma grande representação de como gênero é algo em parte construído pela sociedade. Na festa, em sua maioria, é utilizado rosa para representar se será menina ou azul para caracterizar os meninos, isso termina reforçando estereótipos de uma pré-determinação do que são cores correspondentes ao masculino e ao feminino (Carmo, Mesquita, Pinto, Ribeiro, 2018).

Com essa festividade popularizada atualmente, a criança tem uma identidade determinada, ou seja, nessa comemoração já são identificadas a perspectiva das relações de gênero e isso ocasiona a estigmatização referente ao ser feminino e masculino (Oliveira, 2020). Nesse sentido, em diversos vídeos viralizados nas redes sociais são demonstrados as reações de desapontamento

dos pais ao descobrir que o bebê vai ser menina, isso ocorre por causa dos estigmas relacionados sobre as mulheres, sua personalidade e diferença de criação pré-estabelecidos antes mesmo da criança apresentar qualquer resquício de individualidade ou personalidade (Carmo, Mesquita, Pinto, Ribeiro, 2018)

Sendo assim, a sociedade irá determinar para esses indivíduos o que significa ser menina e menino, anteriormente, dos próprios terem conhecimento total sobre o que é identidade de gênero (Carmo, Mesquita, Pinto, Ribeiro, 2018). Às meninas, por causa da sociedade patriarcal, é estabelecido que sejam mais passivas, obedientes e cuidadoras da casa. A maioria dos presentes correspondentes à sua infância serão bonecas, bebês, brinquedos de cozinha e tudo relacionado à maternidade (Carmo, Mesquita, Pinto, Ribeiro, 2018.) Ao contrário dos meninos, que são estimulados a serem corajosos e destemidos, como também, estimulados a normalizarem um certo grau de violência desde cedo com jogos, filmes e brinquedos nesses segmentos (Carmo, Mesquita, Pinto, Ribeiro, 2018).

Além disso, os homens são frequentemente estimulados a explorar sua sexualidade ao máximo, desde que segundo os padrões heteronormativos. Ao contrário das mulheres, que têm um grande incentivo a não desenvolver sua sexualidade, pelo menos não em grau de comparação ao masculino (Lacerda, Santos, 2020). No artigo “Sexualidade da Mulher e o Tabu no Ambiente Escolar: Uma Revisão da Literatura” de 2020, escrito por Sônia Santos e Isadora Lacerda, ao fazer uma análise da pesquisa feita sobre os assuntos abordados em revistas feitas para mulheres no Brasil entre 1920 e 1950, é chegado a seguinte conclusão:

Ao analisar os textos de reportagens e colunas destinados ao público feminino (e considerados de natureza educativa), publicados em 1920 nos jornais Gazeta do Povo, O Dia (de Curitiba) e Diário da Tarde, Conceição (2012) revela a existência de forte discurso que instituía que as mulheres deveriam tender a um ideal de recato e adequação do comportamento sexual, que era apresentado como condição direta e fundamental para a felicidade da família da mulher em questão. Deposita-se sobre essa mulher não só a responsabilidade de ter que se adequar a um padrão de “ser mulher”, mas também a culpabilização dela caso não atendesse a tais condutas, ao afirmar que seu comportamento em relação à sexualidade não era uma questão particular, mas sim de toda a família (Lacerda, Santos, 2020, p. 151)

A sexualidade das mulheres sempre foi abordada na história a partir do

olhar masculino, que em muitas ocasiões objetifica e sexualiza o corpo feminino (Modelli, 2019). Poucas foram as mulheres que abordaram a temática da sexualidade em suas obras literárias. Entre elas, a escritora Cassandra Rios, foi extremamente importante na literatura brasileira por ser a primeira escritora a chegar em milhões de exemplares vendidos em território brasileiro (Modelli, 2019). Contudo, ela foi muito censurada na Ditadura militar pois a suas obras abordavam a homoafetividade feminina (Modelli, 2019).

Assim, esse papel pré-determinado dos gêneros é responsável por instituir diversas desigualdades de gênero em variadas esferas da sociedade, entre elas, está a saúde mental (Santos, 2018). Antes, as pesquisas relacionadas à saúde mental das mulheres não faziam a interligação com as limitações estritas de moralidade e comportamento que a sociedade da época impunha ao gênero feminino. Muitas mulheres que reclamavam dessas condições, ou apenas afetadas psicologicamente por essas configurações sociais, foram consideradas histéricas, e conseqüentemente, postas em manicômios ou em conventos (Santos, 2018).

Nesse sentido, muitas mulheres eram colocadas em instituições manicomiais com internação compulsória por desafiar o comportamento social esperado delas e isso é evidenciado na literatura mundial em diversas paisagens (Santos, 2018). No livro “Holocausto Brasileiro”, Daniela Arbex (2013) reconta a história de Geralda Siqueira Santiago Pereira que, com apenas 14 anos, foi levada para a Colônia de Barbacena após ser estuprada e engravidar do patrão. Ela rememora como foi o período passado lá e as condições de vida desumanas:

Havia tantas mulheres caídas no chão, espalhadas pelos cantos, em meio a fezes, que a gestante foi tomada pelo pânico. Inconscientemente, colocou a mão sobre a barriga na tentativa de proteger o filho. Que lugar era aquele? Por que as pessoas estavam ali? Os gemidos de lamento eram ensurdecadores. Mesmo grávida, ela tomou seu primeiro eletrochoque, para “amansar”, disseram os guardas. Foi a última coisa que ouviu no seu primeiro dia na Assistência, nome dado ao setor feminino do Colônia (Arbex, 2013, p. 150)

Por outro lado, ao voltarmos os olhos para a ficção mundial, podemos ver como a ruptura dos papéis convencionais de gênero era tratada em livros como “Madame Bovary” de Gustave Flaubert (1856), “O Amante de Lady Chatterley” de D.H Lawrence (1928) e “A Letra Escarlata de Nathaniel Hawthorne” (1850) na qual

as protagonistas dessas obras tiveram fins terríveis por não seguir os paradigmas da sociedade. Dessa forma, os livros desse período que retratavam a sexualidade, adultério e a loucura na perspectiva feminina eram banidos de circulação por influenciarem as mulheres a esses “maus costumes” ou em casos do escritor Flaubert que não teve a proibição da circulação da sua obra, mas teve que responder no tribunal, em 1857, na França, por seu livro ser considerado imoral, incentivando mulheres a trair seus maridos, mesmo que sua personagem Madame Bovary tenham falecido tragicamente como penalidade de suas ações (Ribeiro, 2016).

Em outro fenômeno da literatura na qual a saúde mental das mulheres é o foco do trabalho, é no livro “O Papel de Parede Amarelo”, da escritora Charlotte Perkins Gilman em 1892, na qual vai retratar o adoecimento mental de uma mulher branca de classe média nos Estados Unidos (Santos, 2018). O livro narra a história através de sua perspectiva, já que o livro é escrito em primeira pessoa, descrevendo como foi basicamente trancada no seu quarto pelo marido devido ao seu adoecimento psíquico. Simultaneamente, faz críticas aos papéis impostos para mulheres naquele período ao observar as relações de poder vigente no período com relação à hierarquia que seu marido impõe sobre ela, principalmente, a proibição por parte do seu cônjuge de sua maior paixão, a dedicação à escrita. Desse modo, a personagem descreve na obra sobre isso da seguinte forma:

O John está fora o dia todo, e mesmo algumas noites, quando os seus casos são sérios. Alegro-me que o meu caso não seja sério! Mas estes problemas nervosos são extremamente deprimentes. O John não faz ideia de quanto, de facto, sofro. Sabe que não há razão para sofrer e isso satisfá-lo. É claro que se trata apenas de nervos. Afecta-me tanto não poder cumprir os meus deveres! Eu queria tanto ajudar o John, dar-lhe descanso e conforto, e aqui estou eu, pelo contrário, já transformada num fardo! Ninguém acreditaria quanto me custa fazer o pouco que consigo — vestir-me, receber as visitas e governar a casa. (Gilman, 2016, p 21-22)

A autora deste livro publicou, posteriormente, um artigo “Porque Eu Publiquei o Papel de Parede Amarelo?”, na qual ela afirma que utilizou de próprias experiências para construir a personagem fictícia (Coelho, 2022). Por estar sofrendo de grandes melancolias e surtos nervosos, a autora procurou um médico especialista que a aconselhou dedicar-se com mais afinco aos afazeres domésticos, gastar somente duas horas do seu dia dedicadas ao seu

conhecimento intelectual e a parar de escrever seus contos e crônicas (Coelho, 2022). Portanto, é visível o como a sociedade enxergava o adoecimento mental das mulheres, não considerando a relevância da opressão da sociedade patriarcal na saúde mental feminina (Santos, 2018).

Na atualidade, com as conquistas realizadas através de lutas do movimento feminista, as mulheres ocupam cada vez mais espaço na sociedade capitalista e patriarcal. Contudo, a dupla ou tripla jornada de trabalho, os assédios, as expectativas fracassadas pelo esperado na sociedade, acarreta sérios malefícios para a saúde mental (Apa, 2022). Todavia, não é essa realidade de todo gênero feminino, quando vamos analisar os indivíduos que não se identificam com o seu gênero biológico de nascimento, observamos novas configurações de desigualdade social e ruptura de direitos básicos (Álvares, Falcker, Garcia, Penna, 2024).

A identidade de gênero pode ser classificada de duas formas, indivíduos binários ou não binários. Dessa maneira, binários são pessoas que se identificam com o feminino ou o masculino de acordo com a perspectiva pré-estabelecida pela sociedade, ao contrário dos não binários que não se identificam nesse paradigma de homem ou mulher ou não tem tanta oposição entre os dois gêneros (Pio, 2023). Portanto, é evidente que no Brasil a população LGBTQI+ sofre muitas repreensões e violências, principalmente, a transexual por causa dessa imposição identitária homogênea disseminada na contemporaneidade (Álvares, Falcker, Garcia, Penna, 2024).

Portanto, conseqüentemente, é evidente que a discriminação que ocorre no Brasil contra essa população acarreta em danos à saúde mental desse grupo além dos indivíduos bigêneros, principalmente, em função da violência. A pesquisa intitulada “Dossiê: Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023”, constituído pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais com divulgação do Ministério de Direitos Humanos, afirmam que das 155 mortes desse grupo nesse ano, provenientes de assassinato e suicídio, é confirmado que a maioria são mulheres trans, 72% negras e 57% tinham como o principal meio de sobrevivência a prostituição (Almeida, 2024). É notório que o grupo mais exposto à violência extrema e à precariedade econômica carrega

múltiplos recortes sociais — como classe, raça e território — que evidenciam a negação sistemática de direitos por parte do Estado. Tais vulnerabilidades refletem não apenas condições materiais desfavoráveis, mas também um histórico de exclusão estrutural e negligência institucional (Álvares, Falcker, Garcia, Penna, 2024).

Dessa forma, é evidente que a estigmatização e pré-determinantes impostos pela sociedade sobre a identidade de gênero, e conseqüentemente, a opressão social estabelecida para obedecer essa dinâmica extremamente cruel e desumanizante acarreta mais dificuldades sócio-emocionais (Álvares, Falcker, Garcia, Penna, 2024). Sendo evidente, de maneira que as mulheres são vítimas dessa sociedade patriarcal que por mais que também ocorram danos psicológicos e emocionais para os homens, sobretudo os cisgêneros, afetam em primordial as mulheres (Hooks, 2000). Contudo, dependendo da cor/raça, condição econômica, apoio familiar, sexualidade e sua identidade de gênero ocorrem outros agravantes sociais que impactam no parâmetro da saúde mental, ou seja, quanto maior o recorte também aumenta a violência e a população negra no Brasil está nessa prerrogativa (Akotirene, 2019).

3.3 Questão Racial e Saúde Mental

Por outro viés, se estava ocorrendo uma discussão sobre a saúde mental das mulheres brancas da elite e classe média no século XIX e XX, o mesmo não pode ser relatado pelas mulheres negras das classes subalternas (Chai, Silva, 2018). Quanto à saúde mental, as mulheres negras, principalmente, devido ao racismo impregnado de estigmas e estereótipos em relação a esse grupo, sendo elas consideradas “barraqueiras”, anarquistas, biologicamente mais submissas, fortes e tolerantes à dor (Chai, Silva, 2018).

Assim, é notório que o passado escravocrata no Brasil produziu uma realidade desumana, com os negros africanos trazidos a força para a exploração de sua força de trabalho, submetendo-os a diversas configurações de violências, privações e explorações (Costa, Oliveira, 2019). Todavia, foi no processo colonização com a chegada dos portugueses em território brasileiro que ocorreu a

concepção de inferiorização em relação à raça dessa população (Costa, Oliveira, 2019).

A concepção de escravidão racializada, tal como se estabeleceu no Brasil, não existia entre os povos originários, embora algumas comunidades praticassem formas de escravidão entre indígenas, geralmente relacionadas a disputas territoriais. No entanto, foi com a chegada dos colonizadores portugueses que a escravidão passou a ser estruturada com base exclusivamente na raça (Gomes, 2019). Dessa forma, ao longo da maior parte da história do Brasil, a população negra foi submetida a uma exploração sistemática e brutal, cujas repercussões ainda se manifestam em diferentes formas de marginalização na sociedade contemporânea (Costa; Oliveira, 2019).

No período colonial a população negra além de ser massivamente massacrada e privada de necessidades mínimas para sobreviver, ainda era proibidas de manifestar sua própria religião ou realizar suas festas típicas devido ao intenso poder da Igreja Católica nesse momento no Brasil (Damasceno, Zanello, 2018). Em muitas oportunidades, para não perder as suas origens religiosas, eles associavam seus próprios deuses a imagens de santos católicos para ainda conseguirem manter sua fé (Damasceno, Zanello, 2018). Nesse sentido, é evidente que tantas situações materiais e subjetivas produziram sérios problemas de sofrimento mental por parte desse grupo.

O escritor e advogado Luís Antônio de Oliveira Mendes em 1783 registrou em seus escritos no ensaio “Discurso acadêmico ao programma: Determinar em todos os seus symptomas as doenças agudas e chronicas, que mais frequentemente acometem os pretos recém-chegados da África, examinando as causas da sua mortandade depois da sua chegada ao Brasil” na qual tinha o objetivo de catalogar e pesquisar as principais doenças que afetavam aos escravizados no Brasil (Godoy, 2012). Em seguinte trecho dessa obra, o autor observa as mazelas que ocasionaram a enorme mortalidade de negros no período:

Neste lugar a seu tempo pela demonstração dos factos deduzidos, e tirados da mais fiel experiência, me verei obrigado a tirar as duas necessárias conclusões: primeira; que os Pretos, que da África são transportados para o Brasil, escapando a tantos contratempos, inclemências, e infortúnios, podem ser chamados homens de pedra, ou de ferro.[...] Segunda; que a causa de toda a sua grande mortandade, e estrago, além das outras causas que menos concorrem, é o modo, por que são tratados; e que faz nascer a maior parte das suas moléstias: as quais cada vez mais vão crescendo, e levam os Pretos à sepultura

(Mendes, p. 23. 1977

O autor em questão ainda descreve a melancolia e sofrimento psíquico causado pela expropriação acorrentada de sua saída a força de seus países de origens, como também sua cultura e familiares, chamada de “banzo”, palavra que tem a origem “mbanza” quilombola (Oda, 2008). Sendo associada alta quantidade expressiva de suicidas entre a população negra escravizada, a causa reconhecida do banzo era o próprio cativo. Todavia, as mulheres negras escravizadas tinham suas especificidades quanto à saúde mental, já que elas, além de sofrer com o racismo também eram afetadas pela sociedade extremamente patriarcal (Oda, 2008).

Dessa maneira, as mulheres escravizadas eram frequentemente separadas do seio familiar, como, por exemplo, de seus marido e filhos. O estupro era constantemente utilizado como mecanismo para a reprodução de força de trabalho, além de evidenciar a sexualização e a objetificação dos homens para os corpos negros, visando alcançar a obediência dessas mulheres (Passos, 2023). Na obra “Casa Grande e Senzala” do escritor Gilberto Freyre, são reforçados os estereótipos que as mulheres negras sofrem no período colonial, em determinado trecho o autor aponta:

Com relação ao Brasil, que o diga o ditado: “Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar”; ditado em que se sente, ao lado do convencionalismo social da superioridade da mulher branca e da inferioridade da preta, a preferência sexual pela mulata. Aliás o nosso lirismo amoroso não revela outra tendência senão a glorificação da mulata, da cabocla, da morena celebrada pela beleza dos seus olhos, pela alvura dos seus dentes, pelos seus dengues, quindins e embelecocos muito mais do que as “virgens pálidas” e as “louras donzelas” (Freyre, 2000, p. 36)

Desse modo, Freyre analisa os papéis das mulheres no período colonial, mas sua perspectiva é marcada por um viés racista, ao exaltar a mulher negra a partir da valorização de suas funções como trabalhadora e objeto sexual (Cruz, 2020). Além disso, as escravizadas eram privadas da criação de seus próprios filhos, que muitas vezes eram vendidos pelos senhores de engenho. Quando não eram separados de suas mães, essas mulheres ainda tinham a responsabilidade de cuidar dos afazeres domésticos, como a limpeza da casa, a alimentação e a

criação dos filhos das senhoras (Passos, 2023).

Todavia, ao contrário dos homens, por conseguirem um contato mais íntimo com a família patriarcal em sua responsabilização pelas tarefas da casa, era benéfico para o sistema escravista que as mulheres negras fossem mais submissas, de forma que a violência e a cooptação visava torná-las dóceis e obedientes (Hooks, 2019). Além de serem privadas de ter uma singularidade individual, acarretando em um tipo de sofrimento mental típico do sistema vigente, algumas dessas consequências reverberam nas configurações de sociedade na contemporaneidade (Passos, 2023).

. Em função da estrutura da sociedade escravocrata, a ideologia dominante afirmava a sua inferiorização inata (Costa, Oliveira, 2019). Assim, obviamente isso acabou levando a ocorrer conflitos psicológicos para esse grupo, pois o racismo atua estruturalmente para a supremacia da população branca. Essa situação faz com que também o sujeito negue e anule a si próprio (Costa, Oliveira, 2019). Portanto, é notório que o homem branco, na perspectiva eurocêntrica e colonial, foi colocado no lugar do padrão ideal a ser seguido, o que, conseqüentemente, fez o que era diferente ser colocado no lugar do bizarro e exótico (Fanon, 2020).

Na atualidade, a população ainda traz consigo ideologias desse período desumanizante, com os negros sendo ainda vistos como criminosos, inferiores e ocupando espaços precarizados (Chai, Silva, 2018). A maioria da população negra no âmbito nacional ainda é a maior com menor grau de escolaridade, a grande massa de indivíduos que mora nas periferias, em casos de violência doméstica etc. (Chai, Silva, 2018).

Nesse sentido, um escritor que dissertou sobre essa temática foi o sociólogo Florestan Fernandes. Observando as consequências da escravidão na atualidade, mesmo depois da abolição e a universalização do trabalho assalariado, é evidente que ainda predomina a estrutura racista vigente, pois a sociedade está configurada apenas para reproduzir os privilégios do homem branco, como também, apagar a responsabilidade da branquitude na reprodução do racismo vigente (Fernandes, 2007). Portanto, no livro “O Negro no Mundo dos Brancos” publicado em 1972, Florestan Fernandes relatou sobre essa conjuntura na qual afirma:

As modificações de estrutura da sociedade, apesar da extinção da

escravidão e da universalização do trabalho livre, não afetaram de modo intenso, contínuo e extenso o padrão tradicionalista de acomodação racial imperante, há pelo menos uma disposição para “esquecer o passado” e para “deixar as coisas se resolverem por si mesmas”. Isto equivale, do ponto de vista e em termos de condição social do “negro” e do “mulato”, a uma condenação à desigualdade racial com tudo que ela representa num mundo histórico construído pelo branco para o branco (Fernandes, p.26-27, 2007)

No contexto do processo abolicionista brasileiro, encerrado formalmente com a promulgação da Lei Áurea em 1888, é importante destacar que a abolição da escravidão ocorreu de forma desigual entre as diferentes regiões do país, não sendo um fenômeno homogêneo ou linear (Mattos; Rios, 2004). Ademais, o Estado monárquico não instituiu qualquer política de amparo aos ex-escravizados, deixando milhares deles em situação de abandono, sem moradia ou condições mínimas de subsistência (Mattos; Rios, 2004).

Com o advento da liberdade formal, instaurou-se um novo ciclo de inserção do trabalho livre, marcado pela intensa migração de trabalhadores europeus. A vinda desses imigrantes, em sua maioria brancos, foi incentivada como estratégia de composição da força de trabalho necessária ao desenvolvimento do capitalismo nascente no Brasil (Fernandes, 2007). Nesse cenário, a população negra passou a enfrentar novas formas de discriminação, agora sob o manto da liberdade, sendo preterida nos postos de trabalho. Consolidaram-se estigmas sociais que associavam o negro a estereótipos depreciativos, como o do “malandro” e do “preguiçoso”, ao passo que o ideal de trabalhador promovido pelo mercado era branco, estrangeiro e disciplinado (Fernandes, 2007).

Portanto, é evidente que uma das principais violências psíquicas em consequência do racismo para a população negra ocorre pela descaracterização do ser individualizado: a pessoa negra perde o direito a ter individualidade, pois a raça aparece pré-determinando seu caráter (Passos, 2023). No livro escrito por Frantz Fanon “Pele Negra e “Mascaras Branca” aborda esse conglomerado de estigmatização dos negros, onde ele disserta:

O negro é um homem negro; isto quer dizer que, devido a uma série de aberrações afetivas, ele se estabeleceu no seio de um universo de onde será preciso retirá-lo. O problema é muito importante. Pretendemos, nada

mais nada menos, liberar o homem de cor de si próprio. Avançaremos lentamente, pois existem dois campos: o branco e o negro (Fanon, 2006, p. 26).

A psicanalista Maria Lucia Silva dissertou sobre esse tema em “Racismo e Seus Efeitos na Saúde Mental” no Seminário de Saúde da População Negra no estado de São Paulo, em 2005, afirmando que as pessoas negras no Brasil vivem em extremo adoecimento mental por serem alvo constantemente do racismo recreativo, institucional, estrutural e ambiental (Damasceno, Zanello, 2018).

Atualmente, com avanços nas lutas por um sistema de saúde integralizado, a saúde mental em todas suas instâncias é de responsabilidade do Estado. Nesse sentido, ao observarmos especificamente a saúde da população negra, existem diversas políticas para assistir à população. Entre elas, temos a Política da Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) por meio da Portaria GM/MS nº 902 de 13 de maio de 2009, na qual o Ministério da Saúde reconhece os impactos sociais e culturais que essa questão produz na saúde dos indivíduos (Brasil, 2009). Trata-se, também, de um esforço de romper com as noções pseudocientíficas do século XIX sobre a relação de raça e a loucura, que advogam que algumas enfermidades mentais eram justificadas pelo teor racial (Engel, 1999).

A intersecção entre psiquiatria e raça ainda é um campo recente de discussão, considerando especialmente o histórico da ciência como difusora de teorias baseadas na supremacia racial (Passos, 2023). Nesse sentido, o impacto das discriminações e das desigualdades estruturais e institucionais sobre a saúde mental é evidente, uma vez que esses fatores podem gerar sofrimento psíquico e contribuir para o desenvolvimento de transtornos mentais (Passos, 2023). É fundamental destacar que essas questões não são biológicas nem inerentes a qualquer raça, mas, sim, construções sociais resultantes de processos históricos e de exclusão sistêmica (Passos, 2023).

3.4 Sexualidade na Saúde Mental

A sexualidade e suas diversas configurações, apesar de alguns grupos conservadores afirmarem que é um fenômeno da contemporaneidade, sempre esteve presente na história da humanidade. Conseqüentemente, as perspectivas sobre essa temática variam conforme o contexto histórico, social, cultural e político. No século XVI, com a chegada de Portugal ao território que viria a ser o Brasil, as observações das expedições foram registradas em cartas e diários, nos quais se descrevia uma vivência da sexualidade entre os povos originários muito mais livre e menos estigmatizada em comparação à visão eurocêntrica (Fernandes, Rondônia, 2016). Dessa maneira, em relatos oficiais do senhor de engenho Gabriel Soares de Souza, na obra “Tratado Descritivo do Brasil em 1587” , relatou nos seus escritos:

Não satisfeitos com esta vida de brutos, nem bastando esta liberdade para saciar a vontade venerea, são incessantemente dados ao peccado da sodomia, tendo-se por mais graves os que mais a frequentam; e não admitindo differença entre agente e paciente; motivo por que com a mesma publicidade o executam (Gabriel Soares de Sousa, Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil, 1587).

A conversão religiosa era utilizada de maneira impositiva e violenta e as práticas que eram consideradas “anormais”, em relação à sexualidade e a identidade de gênero, eram tidas como atitudes pecaminosas contra a moralidade e a fé cristã (Fernandes, Rondônia, 2016). Dessa maneira, pessoas que não se identificavam com seu gênero biológico ou que mantinham relações homoafetivas eram denominadas sodomitas (Alves, 2011). O termo “sodomia” está estritamente vinculado ao cristianismo e à noção de “pecado”, tendo sua origem na cidade bíblica de Sodoma, descrita na Bíblia como um local onde ocorriam práticas sexuais consideradas “perversas” e “pecaminosas” por seus habitantes (Alves, 2011). A condenação desse tipo de relacionamento está presente em diversas passagens do texto sagrado, incluindo Romanos 1:26-29, onde se descreve:

Da mesma forma, os homens também abandonaram as relações naturais com as mulheres e se inflamaram de paixão uns pelos outros. Começaram a cometer atos indecentes, homens com homens, e receberam em si mesmos o castigo merecido pela sua perversão. Além

do mais, visto que desprezaram o conhecimento de Deus, ele os entregou a uma disposição mental reprovável, para praticarem o que não deviam. Tornaram-se cheios de toda sorte de injustiça, maldade, ganância e depravação. Estão cheios de inveja, homicídio, rivalidades, engano e malícia. São bisbilhoteiros (Romanos 1:26-29).

Portanto, é notório a grande repressão ideológica do Cristianismo, sendo evidente na contemporaneidade como essas ideologias estão presentes impactando na concepção, estigmatizações e violências que esse grupo sofre na atualidade. Nesse sentido, no Brasil, segundo dados do IBGE de 2010, mais de 86% são cristãos, por mais que a maioria não seja tão praticante, principalmente, no catolicismo, ideologicamente infelizmente ainda é um forte traço identitário no país (Azevedo, 2012).

Portanto, é notório que essa estigmatização e criminalização ocorreu em vários momentos da historiografia brasileira (Alves, 2021). Na catequização foi o momento de disseminar a heteronormatividade como a única maneira correta de desenvolver relações, conforme os padrões dos portugueses (Alves, 2021). Sendo assim, esse pensamento restringe às práticas sexuais a função única de reprodução biológica, sem margens para outras configurações afetivas (Alves, 2021).

Por outro lado, no período higienista do século XX, que tinha como objetivo uniformizar a população, novas práticas e costumes foram introduzidos, e a saúde tornou-se um dos principais eixos de transformação social (Júnior, 2017). Buscando essa homogeneidade, os profissionais de saúde da época recomendaram novos hábitos para promover o desenvolvimento sanitário da população em diversas esferas sociais (Junior, 2017). No entanto, a sexualidade acabou sendo um dos focos desse movimento, e qualquer comportamento que fugisse da “normalidade” pregada no período era tratado como anomalia. Assim, profissionais da saúde recorreram a pesquisas pseudocientíficas para justificar a patologização da diversidade sexual e afetiva, reforçando o controle social sobre os corpos e as relações (Junior, 2017).

Nesse período higienista no Brasil, os homossexuais foram um dos grupos de maiores alvos nas pesquisas científicas da época, com a perspectiva de que a “normalidade” seria como os papéis de gênero foram socialmente construídos, na qual existia como o padrão a ser seguido concepção de gerar biologicamente

filhos, muito relacionado aos pensamentos patriotistas (Ianni, Meirelles, 2020). Portanto, a comunidade LGBTQI+ assumiram o papel de “anormalidade” onde impedia o crescimento e organização civilizatória do país, e muitos médicos debruçaram-se sobre essa temática buscando uma justificativa científica para esse comportamento era considerado extremamente ofensivo. Desse modo, foram utilizados no período exploratório das pesquisas homens homossexuais que não queriam contribuir voluntariamente para o desenvolvimento dessas teorias com a finalidade de ser o objeto de estudo desses profissionais (Ianni, Meirelles, 2020).

As pesquisas “científicas” realizadas por profissionais da área de saúde tinham como a finalidade de encontrar uma “cura”, já que acreditava-se que a homossexualidade existia por motivos hormonais ou concepções sociais deturpadas na infância (Ianni, Meirelles, 2020). Desse modo, doses de hormônios foram distribuídas, aconselhadas e aplicadas nos indivíduos com a finalidade de alcançar mais “masculinidade” e “feminilidade” (Ianni, Meirelles, 2020).

Nesse viés, é notório analisando o percurso histórico da discussão de sexualidade no Brasil, essa discriminação e estigmatização que acontece até a atualidade, impactando psicologicamente, como também, afetando socioemocionalmente os indivíduos. Dessa forma, por mais que a homofobia seja crime desde de 1989 pela a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 na qual acarreta em punição com pena máxima de 3 anos de reclusão em um sistema penitenciário, raramente esse fato é realizado. Observando que as pautas LGBTQI+ sempre são atacadas e desmerecidas por uma parcela da população e por governos que não tem a perspectiva de cumprimento dos direitos humanos como base na sua perspectiva ideológica e política.

4. INCORPORAÇÃO DO GÊNERO, RAÇA E CLASSE EM PESQUISAS ACADÊMICAS SOBRE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

4.1 Levantamento e Triagem

Visando identificar de que modo as perspectivas de gênero, raça e classe são interpretadas em pesquisas relacionadas aos usuários de substâncias psicoativas, tendo em vista o contexto histórico, social e político desenvolvidos nos dois capítulos

anteriores, realizamos um levantamento bibliográfico sistemático. Os artigos foram extraídos da base de dados *SciELO* em 13 de março de 2025.

Primeiramente, foi necessário definir palavras-chave para otimizar a busca por documentos relacionados à temática da pesquisa. Assim, os termos utilizados nos filtros foram: “drogas”, “álcool” e “tratamento”. A partir dessa estratégia, foram encontrados 150 artigos que apresentavam alguma interligação com essas palavras. Para refinar ainda mais a pesquisa, foram aplicados novos filtros, restringindo os resultados a documentos escritos em português e exclusivamente a artigos científicos.

Com a aplicação desses novos filtros, a pesquisa foi reduzida a 91 artigos. No entanto, para garantir a análise de estudos mais contemporâneos e compreender as abordagens recentes sobre álcool e outras drogas, foi estabelecido um recorte temporal entre 2014 e 2024. Essa delimitação resultou na seleção de 44 artigos distintos, que foram analisados para a construção deste capítulo. A seguir, a Tabela I apresenta os textos considerados mais relevantes para o objeto de estudo, que focaram nos indivíduos que fazem uso abusivo de substâncias psicoativas e na forma como essa questão se articula, ou não, com as dimensões de gênero, raça, sexualidade e classe.

4.2 Quadro I - Artigos referentes ao impacto da interseccionalidade com o uso abusivo de álcool e outras drogas.

Autores	Título	Ano de Publicação	Interseccionalidade	Periódico
Maria Alix Leite Araújo; Elk de Assis Araújo Fernandes; Valéria Lima de Barros; Rosendo Freitas Amorim;	Aspectos Comportamentais e Infracionais de Adolescentes Femininas em Privação de Liberdade	2019	Parcialmente articulado (gênero e classe)	Texto & Contexto Enfermagem

Francisco Leonel F. Fernandes–	Para uma clínica do uso de álcool e drogas com adolescentes das comunidades do Rio de Janeiro	2014	Não articulado	Ágora
Milena Lima de Paula; Maria Salete Bessa; Jorge Renata Alves Albuquerque; Leonardo Macedo de Queiroz–	Usuário de crack em situações de tratamento: experiências, significados e sentidos	2014	Não articulado	Saúde Sociedade
Daniele do Rocio Ribeiro Denise Siqueira de Carvalho	O padrão de uso de drogas por grupos em diferentes fases de tratamento nos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS-AD)	2015	Articulando (gênero, raça e classe)	J Bras Psiquiatr.
Tais Veronica Cardoso Vernaglia, Marcelo Santos Cruz, Simone Peres	O acesso ao tratamento de usuárias de crack sob a perspectiva dos profissionais de saúde	2020	Parcialmente articulado (gênero e classe)	SAÚDE DEBATE
Janaína Rosenburg Gioseffi; Sandra Mara Silva Brignol; Guilherme Loureiro Werneck;	Perfil sociodemográfico das pessoas em situação de rua notificadas com tuberculose no Município do Rio de Janeiro, Brasil, nos anos de 2015 a 2019	2023	Articulando (gênero, raça e classe)	Caderno Saúde Pública
Uly Castro de Azevedo; Daiane Daine de Oliveira Gomes;	A influência dos determinantes sociais na vida de mulheres negras no Centro de Atenção	2023	Articulando (gênero, raça e classe)	Saúde Sociedade

	Psicossocial do tipo álcool e outras drogas em Caucaia, Ceará			
Silvia Chwartzmann Halpern; Juliana Nichterwitz Scherer; Vinicius Roglio; Sibele Faller; Anne Sordi; Felipe Ornell; Carla Dalbosco; Flavio Pechansky; Félix Kessler; Lísia von Diemen;	Vulnerabilidades clínicas e sociais em usuários de crack de acordo com a situação de moradia: um estudo multicêntrico em seis capitais brasileiras	2017	Parcialmente articulado (gênero, raça e classe)	Cadernos Saúde Pública
Maria Esméria Neta; Carla Silvana de Oliveira e Silva; Rene Ferreira da Silva Junior; Tatiane Palmeira Eleutério; Ana Paula Ferreira Holzmann; Edna de Freitas Gomes Ruas; Luciano Oliveira Marques;	Prevalência e fatores associados à sífilis em gestantes atendidas na atenção primária à saúde de um município do sudeste do Brasil	2024.	Articulando (gênero, raça e classe)	Mater.
Paula Hino; Aline Aparecida Monroe; Renata Ferreira Takahashi; Káren Mendes Jorge de Souza; Tania Maria Ribeiro Monteiro de Figueiredo; Maria Rita Bertolozzi;	O controle da tuberculose na ótica de profissionais do Consultório na Rua	2018	Articulando (gênero, raça e classe)	Rev. Latino-Am. Enfermagem.
Meire Luci da Silva– Yudi Frazão Hatanaka Regina de Cássia Rondina , Nilson Rogério da Silva	Avaliação do repertório de habilidades sociais de usuários de substâncias psicoativas em tratamento	2018	Não articulado	Caderno Brasil Terapia Ocupacional

Natália Alonso Pereira; Meire Luci da Silva; Thelma Simões Matsukura--	Adolescentes usuários de substâncias psicoativas: experiências e desafios durante a internação psiquiátrica	2023	Não articulado	Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional,
Roselma Lucchese-- Paloma Cinthia Duarte Silva Tainara Catozzi Denardi ,Rodrigo Lopes de Felipe Ivânia Vera Paulo Alexandre de Castro Alexandre de Assis Bueno Janaina Lara Fernandez	Transtorno mental comum entre indivíduos que abusam de álcool e outras drogas: estudo Transversal	2017	Não articulado	Texto Contexto Enfermagem
Júlia Inácia Vieira Assunção;-- Aléxia Rodrigues Vale; Andrea Alves Oliveira; Daniela Navarro Nilo; Doriane Santos Mariano; Fernanda Gomes Palata; Marjorie Cristina Santana Fonseca; Rafaela Ferreira Marques;Tháisa Borges Gomes; Thamires Maria Miranda Santos; Marcelo Dalla Vecchia;	Eiras e Beiras: Atenção Psicossocial a Pessoas com Problemas decorrentes a uso de drogas	2019	Não articulado	Psicologia e Sociedade
Fernanda Oliveira Mota , Rafaela Maria Alves Martins Fonseca , Josenaide Engracia dos Santos, Andrea Donatti Gallassi	Uso de substâncias psicoativas em mulheres em tratamento ambulatorial	2019	Parcialmente articulado (gênero, e classe)	Revista Brasil Enfermagem

Helena Quintas Ramaldes– Luziane Zacché Avellar Kelly Guimarães Tristão	Características de Crianças Usuárias de Substâncias Psicoativas Descritas pela Própria Criança	2016	Não articulado	Psicologia: Teoria e Pesquisa
Carina Curtir Galhardi – Thelma Simões Matsukura	O cotidiano de adolescentes em um Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e outras Drogas: realidades e desafios	2018	Não articulado	Cadernos Saúde Pública
Rafael Alves Guimarães Leandro Nascimento da Silva Divânia Dias da Silva França Nativa Helena Alves Del-Rios Megmar Aparecida dos Santos arneiro Sheila Araujo Teles	Comportamentos de risco para doenças sexualmente transmissíveis em usuários de crack	2015	Parcialmente articulado (gênero, raça e classe)	Rev. Latino-Am. Enfermagem
Erika Renata Trevisan, Sybelle de Souza Castro	Centros de Atenção Psicossocial – álcool e drogas: perfil dos usuários	2019	Parcialmente articulado (gênero e classe)	SAÚDE DEBATE
Gabriella de Andrade Boska; Márcia Aparecida Ferreira de Oliveira; Paulo Rosário Carvalho Seabra;	Acolhimento integral em Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas na perspectiva da proteção dos direitos humanos	2022	Parcialmente articulado (gênero e classe)	Ciências e Saúde Coletiva
Fernanda Oliveira Mota; Rafaela Maria Alves Martins Fonseca; Josenaide Engracia dos Santos; Andrea Donatti Gallassi;	Aspectos do cuidado integral para pessoas em situação de rua acompanhadas por serviço de saúde e de assistência social: um olhar para e pela terapia ocupacional	2019	Parcialmente articulado (gênero e classe)	Saúde Sociedade

Marcus Vinícius de Lima – Garci; Sara Pinto Barbosa; Deivson Wendell da Costa Lima;	O uso de álcool entre idosos atendidos na Atenção Primária à Saúde	2018	Não articulado.	Acta Paul Enferm
Sônia Regina Marangoni; Aroldo Gavioli; Lashayane Eohanne Dias; Maria do Carmo Fernandes; Lourenço Haddad; Fátima Büchele Assis; Magda Lúcia Félix de Oliveira;	Vulnerabilidade de Gestantes Usuárias de Álcool e Outras Drogas em Pré- Natal de Baixo Risco	2022	Articulado	Texto & Contexto Enfermagem
Rafael Alves Guimarães Leandro Nascimento da Silva Divânia Dias da Silva França Nativa Helena Alves Del-Rios Megmar Aparecida dos Santos arneiro Sheila Araujo Teles	Comportamentos de risco para doenças sexualmente transmissíveis em usuários de crack	2015	Parcialmente articulado	Revista Latino- Am. Enfermagem

4.3 Quadro II - Artigos Descartados para o Uso da Pesquisa

Posteriormente, ao analisar os resumos dos quarenta e quatro documentos, foram descartados vinte e quatro artigos por diversos motivos, restando vinte para análise bibliográfica. Entre as principais razões para a exclusão desses documentos estão por não focalizar a pesquisa no indivíduo que faz uso abusivo de substâncias psicoativas, pois nosso enfoque pretende analisar os estudos que tenham os usuários como o objeto central de investigação, algo que não foi apresentado nos seguintes artigos supracitados.

Autores	Título	Ano de Publicação	Motivos para o Descarte	Periódico
Eliany Nazaré Oliveira; Marcos Venícios de Oliveira Lopes; José Reginaldo Feijão Parente; Suzana Mara Cordeiro Eloia; Danyela dos Santos Lima	Sobrecarga de Cuidadores Familiares de Pessoas com Transtornos Mentais: análise dos serviços de saúde	2018	focalizavam na rede de apoio de pessoas com problemas com álcool e outras drogas	Ciência e Saúde: Coletiva 23
Daiana Foggiato de Siqueira; Marlene Gomes Terra; Letícia Becker Vieira; Claudete Moreschi; Amanda de Lemos Mello; Keity Laís Siepmann; Soccol;	Ações de Cuidado aos Familiares de Usuários de Substâncias Psicoativas: Perspectivas De Profissionais e Familiares	2019	focalizavam na rede de apoio de pessoas com problemas com álcool e outras drogas	"Texto & Contexto Enfermagem"
Beatriz de Oliveira Lavezzo, João Fillipe Horr, Denise De Micheli, Eroy Aparecida da Silva; Richard Alecsander Reichert	Atenção Psicossocial a Usuários de Álcool e outras Drogas: um estudo dos profissionais de um município sul-brasileiro	2023	Atuação dos profissionais ao trabalharem em CAPS AD	Trabalho, Educação e Saúde
Paula Antunes Bezerra Nakamura, Maria Aparecida Salci; Valéria Cristina Christello Coimbra; André Estevam Jaques; Camila Harmuch; Jéssica dos Santos Pini; Marcelle Paiano;	Avaliação da Dinâmica Organizacional em Centro de Atenção Psicossocial na Perspectiva da Equipe Multidisciplinar	2021	Atuação dos profissionais ao trabalharem em CAPS AD	Revista Brasileira de Enfermagem
Laís Ramos Sanches; Marcelo Dalla Vecchia;	Reabilitação Psicossocial e Inclusão Social de Pessoas com Problemas Decorrentes	2020	Atuação dos profissionais ao	Interface comunicação, saúde, educação

	do Uso de Álcool e outras Drogas: impasses e desafios		trabalharem em CAPS AD	
Heitor Martins Pasquim; Célia Maria Sivalli Campos; Cássia Baldini Soares;	Lazer Terapêutico: Pesquisa-ação com os Trabalhadores de Serviços de Saúde mental, Álcool e outras Drogas	2020	Atuação dos profissionais ao trabalharem em CAPS AD	Movimento Revista de Educação Física
Érica Aparecida Schefer de Almeida; Laisa Marcorela Andreoli Sartes; Karine Soriana Silva de Souza;	Inserção das Estratégias Cognitivo-Comportamentais no CAPS Álcool e Drogas	2022	Atuação dos profissionais ao trabalharem em CAPS AD (Psicólogos)	Psicologia: Ciência e Profissão
Jacqueline Macedo dos Santos; Juliana Ávila Baptista; Cíntia Nasi; Marcio Wagner Camatta;	Responsabilização e participação: como superar o caráter tutelar no centro de atenção psicossocial álcool drogas?	2018	Foco em destacar o modo operacional dos CAPS AD e a Rede de Atenção Psicossocial	Revista Gaúcha Enfermagem
Pedro Henrique Antunes da Costa; Telmo Mota Ronzan; Fernando Antonio Basile Colugnati;	No Meio do Caminho tinha um CAPS AD: centralidade e lógica assistencial da rede de atenção aos usuários de drogas	2018	Foco em destacar o modo operacional dos CAPS AD e a Rede de Atenção Psicossocial	Ciência e Saúde: Coletiva
Caliandra Machado Pinheiro; Mônica Nunes de Torrent	Serviços Abertos e Fechados no Tratamento do Abuso de Álcool e outras Drogas do Ponto de Vista do(as) usuário(as)	2020	Opinião dos usuários em relação ao CAPS AD.	Saúde Sociedade
Regina Machado; Celina Maria Modena; Zélia Maria Profeta da Luz;	Das Proposições da Política às Práticas dos Serviços: há Novidades nos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas?	2020	Foco em destacar o modo operacional dos CAPS AD e a Rede de Atenção Psicossocial	Physis: Revista de Saúde Coletiva

Marina Noll Bittencourt; Júlia Cristina Pantoja de Oliveira; Ruan Patrick de Oliveira Souza; José Luís da Cunha Pena; Paulo Victor das Neves Pantoja; Maria Odete Pereira;	A Experiência da Ouvidoria em um Centro de Atenção Psicossocial álcool/drogas	2018	Foco em destacar o modo operacional dos CAPS AD e a Rede de Atenção Psicossocial	Revista Brasileira de Reumatologia
Paula Antunes Bezerra Nakamura; Maria Aparecida Salci; Valéria Cristina Christello Coimbra; André Estevam Jaques; Mauro Belino Piratelli Filho; Jéssica dos Santos Pini; Camila Harmuch; Marcelle Paiano;	Avaliação de Quarta geração em Centro de Atenção Psicossocial Álcool	2022	Foco em destacar o modo operacional dos CAPS AD e a Rede de Atenção Psicossocial	Escola Anna Nery
Alessandro Antonio Scaduto; Valéria Barbieri; Manoel Antônio dos Santos;	Adesão aos Princípios da Comunidade Terapêutica e Processo de Mudança ao Longo do Tratamento	2015	Foco no modo operacional das Comunidades Terapêuticas.	Psicologia Ciência e Profissão
Renata Karina Reis; Elizabete Santos Melo; Nilo Martinez Fernandes; Marcela Antonini; Lis Aparecida de Souza Neves; Elucir Gir;	Uso inconsistente do preservativo entre parcerias sexuais sorodiferentes ao vírus da imunodeficiência humana	2019	Não apresenta álcool e outras drogas de maneira significativa	Rev. Latino-Am. Enfermagem

<p>Priscila de Melo Zubiaurre; Fernanda Demetrio Wasum; Márcia Aparecida Ferreira de Oliveira; Tereza Maria Mendes Diniz de Andrade Barroso; Stela Maris de Mello Padoin; Zaira Letícia Tisott; Daiana Foggiato de Siqueira;</p>	<p>Ações do Projeto Terapêutico Singular em Centro de Atenção Psicossocial: Perspectivas e Usuários</p>	<p>2024</p>	<p>Opinião dos profissionais da saúde mental sobre o CAPS Ad</p>	<p>Texto & Contexto Enfermagem</p>
<p>Heitor Martins Pasquim; Célia Maria Sivalli Campos; Cássia Baldini Soares;</p>	<p>Lazer Terapeutico: Pesquisa-Ação com Trabalhadores de Serviços de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas</p>	<p>2020</p>	<p>Foca no perfil dos profissionais de saúde mental em CAPS AD</p>	<p>Movimento Revista de Educação Física da UFRGS</p>
<p>Marlon van Weelden, Benito Lourenc; Gabriela R. Viola, Nadia E. Aikawa; Lígia B. Queiroz; Clovis A. Silva;</p>	<p>Uso de substâncias e função sexual na artrite idiopática juvenil</p>	<p>2016</p>	<p>Não teve associação suficiente com a pesquisa</p>	<p>Revista Brasileira de Reumatologia</p>
<p>Larissa de Abreu Queiroz; Fátima Büchele Assis, Fernanda Martinhago;</p>	<p>Perfil dos processos de internação compulsória decorrentes do uso de drogas: uma pesquisa documental</p>	<p>2022</p>	<p>Não foca nos perfis dos usuários de substâncias psicoativas</p>	<p>SAÚDE DEBATE</p>

Larissa Tiburcio Rodrigues do Nascimento; Jacqueline de Souza; Lorraine Vivian Gaino;	Relacionamento entre Familiar Usuário de Álcool em Tratamento em um Centro de Atenção Psicossocial Especializada	2015	Tem o foco de objeto de estudo os familiares	Texto Contexto Enfermagem
Gabriel Pavinati; Lucas Vinícius de Lima; Camila Silveira Silva Teixeira; Paula Hino; Maria Rita Bertolozzi; Joilda Silva Nery; Gabriela Tavares; Magnabosco;	Vulnerabilidade à perda de seguimento e ao óbito por tuberculose nas pessoas em situação de rua no Brasil: um estudo de coorte retrospectiva	2024	Não apresenta álcool e outras drogas de maneira significativa	Ciência Saúde Coletiva

4.4 A Articulação com as dimensões de gênero, raça e classe nos Artigos sobre Álcool e outras Drogas de 2014 de 2024

Os artigos investigados foram em sua maioria qualitativos, de periódicos relacionados à saúde, utilizando como método para a pesquisa as entrevistas estruturadas com usuários (adultos, crianças e adolescentes), profissionais da saúde mental e com a rede apoio dos indivíduos em situação de abuso de álcool e outras drogas. Além disso, foram articulados questionários e entrevistas presenciais como instrumentos de coleta de dados, permitindo a quantificação das variáveis relacionadas ao perfil dos indivíduos estudados. Entre as especificidades analisadas, destacam-se aspectos como gênero, idade, raça, tempo de uso de substâncias, renda econômica, vínculo familiar e nível de escolaridade, possibilitando uma compreensão mais detalhada das dinâmicas que permeiam o uso abusivo de substâncias psicoativas.

Nesse sentido, observa-se que, em oito dos textos analisados, houve uma articulação parcialmente completa sobre as intersecções entre gênero, raça e classe

na constituição dos estigmas sociais que permeiam o uso abusivo de substâncias psicoativas. Assim, no texto Aspectos Comportamentais e Infracionais de Adolescentes Femininas em Privação de Liberdade escritos por Maria Alix Leite Araújo, Elk de Assis Araújo Fernandes, Valéria Lima de Barros e Rosendo Freitas Amorim, em 2019, é uma pesquisa utilizando a instrumentalidade da entrevista para traçar o perfil das meninas privadas de liberdade em um Centro Educacional do Ceará. Os questionamentos levantados foram: município, cor/raça, estado civil, escolaridade, religião, prática sexuais e a infração realizada. Portanto, nota-se que por mais que o tráfico seja apresentado com um dos principais motivos de condenação não é abordado no texto, inclusive frisa a importância da religião e culpabiliza os pais por comportamentos sexuais precocemente e o uso de drogas. Ao longo do texto faz interlocuções sobre o gênero e a classe, todavia, não é desenvolvido a temática da raça e o uso de substâncias psicoativas.

O Acesso ao Tratamento de Usuárias de Crack sob a Perspectiva dos Profissionais de Saúde escrito por Tais Veronica Cardoso Vernaglia, Marcelo Santos Cruz e Simone Peres, em 2020, vai retratar sobre as usuárias de crack do CAPS AD do Rio de Janeiro, com 54 visitas e entrevistas feitas por 3 profissionais de saúde mental, buscando relatar a falta de adesão das mulheres no serviço de tratamento de substâncias psicoativas. De certa forma faz a interlocução do uso de crack com as desigualdades de gênero presentes na sociedade, colocando isso como a principal razão pelo distanciamento das mulheres com o serviço. Posteriormente, consta a perspectiva de gênero com a classe, ao apresentar que as mulheres usuárias na instituição tem baixa escolaridade, renda, vínculos familiares rompidos e não apresenta apoio da sociedade em comparação aos homens. Contudo, não apresenta questão racial no desenvolvimento do artigo.

O texto Vulnerabilidades Clínicas e Sociais em Usuários de Crack de Acordo Com a Situação de Moradia: um estudo multicêntrico em seis capitais brasileiras escrito por Silvia Chwartzmann Halpern, Juliana Nichterwitz Scherer; Vinicius Roglio; Sibeles Faller; Anne Sordi, Felipe Ornell, Carla Dalbosco, Flavio Pechansky, Félix Kessler e Lísia von Diemen, em 2017, onde o objetivo é averiguar o perfil dos usuários de crack em tratamento no CAPS AD e a situação de moradia deles. Foi realizado o estudo em 6 cidades brasileiras, totalizando em 564 indivíduos respondendo à entrevista. Assim, o texto aborda gênero, raça e classe quando é levantado nas entrevistas, tendo a perspectiva que a maioria, são homens, em situação de rua de

baixa renda e escolaridade. Contudo, o texto aborda majoritariamente a classe como o principal objeto de estudo e por mais que apresente em seus dados o quantitativo de pessoas identificadas como negros (32,3%) e as pessoas pardas/mestiças (34,6%), o racismo não é dissertado no texto.

No artigo *Uso de Substâncias Psicoativas em Mulheres em Tratamento Ambulatorial* escrito por Jessica Adrielle Teixeira Santos, Ludmila Gonçalves Perrucil, Natália Priolli Jora Pegoraro, Zeyne Alves Pires Scherer, Jacqueline de Souza, Manoel Antônio dos Santos e Sandra Cristina Pillon, em 2019, busca-se identificar o perfil social das mulheres usuárias de substâncias psicoativas em CAPS AD, localizado em São Paulo, na qual foi realizado uma pesquisa qualitativa e como fonte de dados realizam entrevistas com 345 mulheres. Nesse sentido, apresenta interseccionalidade ao destacar a correlação do consumo de álcool e outras drogas com a identidade de gênero, averiguando que as mulheres estão em menor número no uso abusivo de psicoativos. Todavia, relata que o gênero feminino apresenta quadros mais severos de vulnerabilidade social quando buscam os serviços de saúde. Por outro lado, exibe a interlocução da classe, relacionada a baixa renda da maioria das mulheres que se apresentam nos CAPS AD. Contudo, em momento nenhum do artigo fala da interlocução com raça, já que não foi realizada essa pergunta de identificação no questionário para traçar o perfil sócio-demográfico.

Posteriormente, desenvolvem o artigo que disserta sobre comportamentos e ações de risco dos usuários de crack e as doenças sexualmente transmissíveis. Os dados foram extraídos através de entrevistas com 154 indivíduos em Goiás em 2013 (Arneiro, Del-Rios, França, Guimarães, Silva, 2015). O estudo aborda a interseccionalidade ao considerar variáveis sociodemográficas como gênero, raça e classe, mas não desenvolve uma articulação aprofundada entre esses fatores. A análise se concentra principalmente na relação entre o consumo de crack e a classe social, especialmente no contexto da população em situação de rua (Arneiro, Del-Rios, França, Guimarães, Silva, 2015).

Em outra investigação apresentada sobre álcool e outras drogas, desenvolve uma pesquisa transversal e quantitativa com objetivo de traçar o perfil dos usuários do CAPS AD do Triângulo Mineiro de Minas Gerais, observando como base de dados os prontuários 369 usuários (Castro, Trevisan, 2019). A análise evidencia que a pesquisa considera fatores como gênero, renda e tempo de uso, mas não incorpora a variável cor/raça como elemento fundamental para a compreensão dessa população. A

ausência desse dado limita a abordagem interseccional, deixando de lado um aspecto relevante na estruturação das desigualdades sociais (Castro, Trevisan, 2019).

Outrossim, foi apresentado um documento delimitando o perfil dos usuários em CAPS AD, onde abordou reflexões sobre o gênero e a classe, investigando a falta de adesão das mulheres cisgênero, relatando que o grupo majoritário ocupando esse espaço são os homens cisgênero (Boska, Oliveira, Seabra, 2022). O artigo se destaca por abordar a identidade de gênero, um aspecto frequentemente negligenciado em estudos sobre o tema (Boska, Oliveira, Seabra, 2022). No entanto, a pesquisa falha ao não incluir cor e raça na delimitação do perfil dos usuários, o que limita a compreensão das interseccionalidades envolvidas (Boska, Oliveira, Seabra, 2022).

A pesquisa investigou a atuação da terapia ocupacional nos CAPS AD e nas Unidades de Acolhimento (UA) a partir das perspectivas de profissionais e usuários (Gallassi, Fonseca, Mota, Santos, 2019). Foram realizadas entrevistas com três terapeutas ocupacionais e cinco usuários, ressaltando a importância da ocupação dos espaços do Centro de Atenção Psicossocial (Gallassi, Fonseca, Mota, Santos, 2019).

Dessa forma, observa-se que os artigos classificados como "Parcialmente Articulados" em relação à interseccionalidade, em sua maioria, falharam em incluir a dimensão racial em suas análises, o que constitui uma limitação significativa (Damasceno, Zanello, 2018). A ausência dessa abordagem compromete a compreensão das novas configurações sociais e dos impactos psicossociais do racismo, que, quando mencionados, foram tratados de forma superficial ou negligenciados (Damasceno, Zanello, 2018).

A maioria das pesquisas limitou-se a constatações descontextualizadas, mencionando, por exemplo, que a maioria dos usuários atendidos nos serviços especializados eram homens, sem aprofundar a análise sobre os fatores estruturais que explicam essa predominância. Outros estudos privilegiaram a questão de classe, destacando as condições de vulnerabilidade social e econômica dos usuários, especialmente aqueles em situação de rua, mas sem explorar de maneira crítica as relações entre raça, classe e gênero. Assim, faltou uma abordagem mais aprofundada que evidenciasse a correlação entre a predominância de homens negros e de baixa renda entre os usuários e as dinâmicas estruturais que sustentam esse quadro.

Além disso, muitas entrevistas que utilizam de questionários para identificar e traçar o perfil dos usuários do CAPS AD, percebe-se uma ausência de articulação da questão racial por parte dos pesquisadores. Muitas das estruturas dos questionários

não incluíam a identificação de cor e raça como um critério essencial para a delimitação do perfil dos usuários, o que compromete a análise das interseccionalidades envolvidas.

Dessa forma, torna-se fundamental que a variável racial seja considerada de maneira central nas pesquisas sobre o tema, visto que a população negra constitui a maioria dos indivíduos em situação de desigualdade e vulnerabilidade social no Brasil (Lourenço, 2023). A incorporação dessa informação não somente qualifica os estudos, mas também possibilita a formulação de práticas antirracistas nos serviços de saúde, especialmente nos CAPS (Campos, 2024). Para que esses espaços sejam efetivos, é essencial que os profissionais que neles atuam desenvolvam ações e estratégias pautadas nessa perspectiva (Campos, 2024). Além disso, a ausência de dados quantitativos sobre raça e cor reflete diretamente o racismo institucional e suas implicações na estrutura da saúde pública (Campos, 2024). Essa lacuna é uma forma de apagamento social, que contribui para a perpetuação da invisibilidade da população negra nos serviços de tratamento para o uso de substâncias psicoativas (Campos, 2024).

Por outro lado, foram identificados artigos classificados como “Não Articulados”, ou seja, aqueles que não apresentaram conexões entre nenhuma das dimensões sociais analisadas ou que não relacionaram, ao menos, duas dessas dimensões. Na pesquisa que abordou os principais estigmas enfrentados por pessoas em tratamento para o uso de álcool e outras drogas sob um viés psicanalítico, por exemplo, não houve qualquer menção à interseccionalidade (Fernandes, 2014). De forma semelhante, outro estudo analisou o impacto do viés negativo atribuído aos usuários de crack a partir da perspectiva de seus familiares, utilizando entrevistas com profissionais do CAPS AD e com a rede de apoio familiar, mas sem considerar as interseções entre raça, classe e gênero (Bessa, Leonardo, Queiroz, 2014).

Sendo abordado a adesão de adolescentes em uso abusivo de substâncias em dois CAPS AD em São Paulo, foi realizada a conexão da falta de estrutura familiar com o aumento de consumo de álcool e outras drogas nessa faixa etária. (Matsukura, Silva, Pereira, 2023). Portanto, a perspectiva de interseccionalidade não foi desenvolvida no artigo (Matsukura, Silva, Pereira, 2023).

Em outra pesquisa com o objetivo de traçar a probabilidade de transtorno mental comum em usuários de álcool e outras substâncias em tratamento em CAPS AD, foram entrevistados 234 indivíduos onde 37% apresentam maior alcance de

Transtorno Mental Comum (Castro, Denardi, Fernandes, Lucchese, Silva, Vera, 2017). O artigo em questão não aborda a interseccionalidade de forma efetiva, uma vez que não articula os três elementos centrais — raça, classe e gênero — dentro de uma perspectiva interseccional. Embora a pesquisa considere variáveis como gênero, escolaridade e situação econômica, essas dimensões são tratadas de maneira isolada, sem a devida interposição entre elas (Castro, Denardi, Fernandes, Lucchese, Silva, Vera, 2017). Outra pesquisa retrata a importância do estágio de psicologia para a aproximação com a prática em CAPS AD e o impacto do PTS nos usuários, fazendo interlocuções sobre o consumo de álcool e outras drogas somente com a situação econômica (Assunção, Mariano, Marques, Nilo, Oliveira, Palata, Santana, Santos, Vale, Vecchia, 2019).

Outro artigo analisado oferece um enfoque restrito ao traçar o perfil de crianças em uso abusivo de álcool e outras drogas, atendidas pela Unidade de Tratamento de Criança e Adolescente do Espírito Santo (Avaliar, Ramaldes, Tristão, 2016). A pesquisa qualitativa teve como base entrevistas com apenas três crianças, e sua análise limitou-se à dimensão de classe, sem considerar aspectos fundamentais como raça e gênero (Avaliar, Ramaldes, Tristão, 2016).

Ainda outro trabalho realiza a análise da vivência de adolescentes na faixa etária de 12 a 18 anos que fazem uso de substâncias psicoativas em tratamento no CAPS AD (Galhardi, Matsukura, 2018). Com a finalidade de identificar as principais dificuldades enfrentadas por crianças e adolescentes em situação de uso problemático de substâncias, foram entrevistados quatro meninas e quatro meninos (Galhardi, Matsukura, 2018). As autoras observam que, majoritariamente, os indivíduos presentes nas pesquisas sobre álcool e outras drogas são do sexo masculino, abordando ainda aspectos como a composição familiar e os tipos de substâncias utilizadas. No entanto, apesar da menção pontual ao gênero, a pesquisa não desenvolve uma análise interseccional, deixando de articular de forma crítica os eixos de gênero, raça e classe na compreensão da realidade desses sujeitos (Galhardi, Matsukura, 2018).

Um artigo científico relacionou o impacto do consumo de drogas com a dificuldade em habilidades sociais, através de entrevistas com 35 homens em tratamento em um CAPS AD (Hatanakab, Rondina, Silva, Silva, 2018). Foram abordados no perfil desses usuários idade, renda familiar, escolaridade e estado civil,

deixando de lado a questão racial e de gênero (Hatanakab, Rondina, Silva, Silva, 2018).

Por fim, destaca-se um artigo que teve como objetivo analisar as consequências do uso abusivo de substâncias psicoativas entre pessoas idosas atendidas na Atenção Primária à Saúde, em um município do interior de São Paulo (Barbosa, Garcia, Lima, 2018). A pesquisa, de caráter quantitativo e exploratório, entrevistou 85 indivíduos, dos quais 25 apresentavam consumo abusivo de álcool (Barbosa, Garcia, Lima, 2018). De acordo com os dados, 56% eram do sexo feminino e possuíam baixa renda (Barbosa, Garcia, Lima, 2018). No entanto, o estudo não informa a cor/raça dos participantes, tampouco articula os elementos sociais levantados — gênero e classe — de forma interseccional, limitando a análise a uma leitura fragmentada dos determinantes sociais (Barbosa, Garcia, Lima, 2018).

5. CONCLUSÃO

Dessa maneira, é evidente a maioria das substâncias psicoativas estudadas nesse Trabalho de Conclusão de Curso, inciou-se sua consumação de forma medicinal e recreativa, contudo, a pauta proibicionista alcançou todas as drogas supracitadas, observando ue essa condenação permanece juridicamente e socialmente na contemporaneidade. Além disso, é notório que a pauta proibicionista em relação as drogas está presente em muitas ocasiões por questões além da saúde pública mas como favorecimento econômico para o Estado (Costa, Mendes, 2022).

Desse modo, as substâncias psicoativas trazem consigo diversos estigmas e preconceitos na qual foram ocasionados de maneira sistemática socialmente por questões raciais, gênero, classe, como também, política. Sendo assim, observa-se a interligação da interseccionalidade com a temática de saúde mental, e o impacto dessa perspectiva está associado ao adoecimento mental da atualidade, conseqüentemente, no uso abusivo das substâncias psicoativas.

Observa-se a relevância das temáticas de classe, gênero, raça e sexualidade na análise de abordagens aos usuários de álcool e outras drogas, uma vez que, em uma sociedade capitalista e patriarcal, essas configurações resultam na estigmatização e na violação de direitos (Carvalho, 2021). Esse contexto impacta diretamente a saúde mental e reflete no perfil dos grupos em tratamento para o uso de substâncias psicoativas, majoritariamente compostos por homens negros de baixa renda (Carvalho, 2021). No entanto, a interseccionalidade ainda é amplamente negligenciada na maioria dos textos analisados, evidenciando um lapso na abordagem desses fenômenos (Carvalho, 2021).

A ausência de uma abordagem interseccional na análise do uso abusivo de substâncias psicoativas resulta, ainda que de forma inconsciente, no apagamento sociodemográfico de um grupo já vulnerabilizado tanto psiquicamente quanto historicamente (Carvalho, 2021). Esses indivíduos, frequentemente alvos de represálias e discriminações, deixam de ser reconhecidos como sujeitos que vivenciam um adoecimento socioemocional, sendo tratados de forma descontextualizada (Carvalho, 2021). Além disso, a falta de conhecimento sobre essa articulação compromete a atuação profissional, especialmente entre aqueles que não tiveram contato direto com CAPS e dependem exclusivamente de pesquisas que, em

muitos casos, não integram os elementos de gênero, raça e classe em suas análises (INEP, 2023).

A insuficiência desses fatores primordiais compromete a delimitação do público-alvo dos serviços de saúde mental, impactando diretamente as práticas dos profissionais (INEP, 2023). Sem uma compreensão aprofundada das dinâmicas sociais, as intervenções tendem a ser fragmentadas e insuficientes, desconsiderando como a estrutura capitalista reproduz pobreza, racismo e desigualdades de gênero (Araújo, Oliveira, 2022). Portanto, é imprescindível que a formulação das políticas e práticas em saúde mental esteja alinhada a uma análise crítica dessas relações, garantindo abordagens mais abrangentes e eficazes no atendimento à população em situação de vulnerabilidade (Araújo, Oliveira, 2022). A interseccionalidade é fundamental para pesquisas que embasem a formulação de políticas públicas, pois permite identificar como raça, gênero e classe se entrelaçam na produção de desigualdades, garantindo que as intervenções sejam mais qualificadas (Araújo, Oliveira, 2022). Sem essa abordagem, corre-se o risco de elaborar políticas que desconsiderem as especificidades dos grupos mais vulneráveis, perpetuando exclusões e reforçando desigualdades estruturais (Araújo, Oliveira, 2022).

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. *Cadernos ABESS*, São Paulo, n. 07, p. , 1997. Edição Especial.

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino de Pesquisa em Serviço Social**. São Paulo. 2008. p 1 a 7.

ABREU, Deivid. SALVADORI, Lizandra. **Pessoas em Situação de Rua, Exclusão Social e Rualização**: Reflexões para o Serviço Social. Seminário Nacional de Serviço Social Trabalho e Política Social. UFSC. Florianópolis. 2015.

ANDRADE, Daniel; ARAÚJO, Maria; FONTES, Maria. **A Exaustão Silenciosa**: Burnout em Mães Solos Contemporâneas. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*. São Paulo. v. 10. n. 10. 2024.

ARBEX, Daniela. **Holocausto brasileiro**. São Paulo: Geração Editorial. 2013.

ALMEIDA, Érica; ILDEFONSO, Pauline. **Interseccionalidade**: Um desafio na construção das políticas públicas .Anais do 7o Encontro Internacional de Política Social e 14o Encontro Nacional de Política Social. Vitória. 2019.

ALBERGUE, Cintya; CRUZ, Liziane; GONÇALVES, André; LIMA, Leandro. **Saúde Mental, Drogas, e Reatualização do Proibicionismo no Governo Bolsonaro**. Argum. Vitória. vol 15. 2023.

AIKAWA, Nadia; LOUREN, Benito; QUEIROZ, Lígia; SILVA, Clovis; WEELDEN, Marlon. **Uso de Substâncias e Função Sexual na Artrite Idiopática Juvenil**. Revista Brasileira de Reumatologia. p. 323–329. 2016.

ALMEIDA, Érica; SARTES, Marcorela; SOUZA, Karine. **Inserção das Estratégias Cognitivo-Comportamentais no CAPS Álcool e Drogas**. Psicologia: Ciência e Profissão. v. 42. p 1-13. 2022.

ANTUNES, ANDRÉ. **Dois décadas de Reforma Psiquiátrica no SUS**. Fiocruz. 2021. [Dois décadas de Reforma Psiquiátrica no SUS \(fiocruz.br\)](https://www.fiocruz.br/pt-br/publicacoes/duas-decadas-de-reforma-psiquiatrica-no-sus). acesso em: 16/09/2014.

ANDRADE, Tereza; OLIVEIRA, Márcia; PADOIN, Stela; TISOTT, Zaira; SIQUEIRA, Daiana; WASUM, Fernanda; ZUBIAURRE, Priscilla. **Ações do Projeto Terapêutico Singular em Centro de Atenção Psicossocial: Perspectivas de Profissionais e Usuários**. Texto e Contexto Enfermagem. 2024.

ARAÚJO, Maria; FERNANDES, Elk; BARROS, Valéria; AMORIM, Rosendo. **Aspectos Comportamentais e Infracionais de Adolescentes Femininas em Privação de liberdade**. Texto Contexto Enferm. 2019.

ARAÚJO, Edgilson; OLIVEIRA, Karine. **A Importância da Interseccionalidade Como Método Para Formulação e Implementação de Instrumentos de Política Pública de Economia Solidária : Uma Análise a partir dos CESOL**. IX EBAP. 2022.

ASSIS, Camila. **Mulheres Negras, Opressões, Feminismo Negro e Entreterimento**. VI Seminário CETROS Crises e Mundo do Trabalho no Brasil: Desafios para a Classe Trabalhadora. Itaperi. 2018.

ASSIS, Fátima; MARTINHAGO, Fernanda; QUEIROZ, Larissa. **Perfil dos Processos de Internação Compulsória Decorrentes do Uso de Drogas: uma pesquisa documental**. SAÚDE DEBATE. Rio de Janeiro. V. 46. N. 134. 2022.

AVELLAR, Luziane; RAMALDES, Helena; TRISTÃO, Kelly. **Características de Crianças Usuárias de Substâncias Psicoativas Descritas pela Própria Criança**. Psicologia: Teoria e Pesquisa. Vol. 32. n. 4, p 1-8. 2016.

ARNEIRO, Megmar; FRANÇA, Divânia; GUIMARÃES, Rafael; RIOS, Nativa; SILVA, Leandro; TELES, Sheila. **Comportamentos de Risco para Doenças Sexualmente Transmissíveis em Usuários de Crack**. Revista Latino Americano Enfermagem. 2015.

ASSIS, Fátima; DIAS, Layane; GAVIOLI, Aroldo; HADDAD, Maria. MARANGONI,

Sônia; OLIVEIRA, Magda. **Vulnerabilidade de Gestantes Usuárias de Álcool e Outras Drogas Em Pré-Natal de Baixo Risco**. Textos e Contextos Enfermagem. 2022.

ASSUNÇÃO, Júlia; FONSECA, Marjorie; GOMES, Thaísa; MARIANO, Doriane; MARQUES, Rafaela; NILO, Daniela; OLIVEIRA, Andrea; PALATA, Fernanda; SANTOS, Thamires; OLIVEIRA, Andrea. Eiras e Beiras: **Atenção Psicossocial a Pessoas com Problemas Decorrentes do Uso de Drogas. Psicologia e Sociedade**. Psicologia e Sociedade. Minas Gerais. 2019.

ASSIS, Machado. **Relíquias da Casa Velha**. Rio de Janeiro. H. Garnier. Livreiro-Editor. 1906.

ALVES, Zenaide. **Inquisição e Homossexualidade na Colônia**. Simplório Internacional de Estudos Inquisitoriais. Salvador. 2011.

ALVES, Izabella. **A Colonização das Sexualidades Indígenas e a história da educação sexual no Brasil**. Revista Linguagem, Educação e Memória. vol 1. p.109-132. 2021.

ÁLVARES, Joana; FALCKER, Denise; GARCIA, Lana; PENNA, Marcela. **Saúde Mental de Pessoas Transgênero: revisão integrativa de literatura**. PSI UNISC. p. 139- 161. 2022.

ALMEIDA, Daniella. **Brasil Registrou 145 Assassinatos de Pessoas Trans no Ano Passado**. EBC. Brasília. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-01/brasil-registrou-145-assassinatos-de-pessoas-trans-no-ano-passado>. Acesso em: 01.04.25

ALTMAN, Max. **Hoje na História: 370 a.C. — Morre Hipócrates, considerado “pai da medicina”**. História Ciências e Saúde. 2014. Disponível em: <https://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/hoje-na-historia-370-a-c-morre-hipocrates-considerado-o-pai-da-medicina/>. Acesso em: 13.02.25.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade: Feminismos Plurais**, Coordenação de Djamila Ribeiro. Polénlivros. São Paulo. 2019.

AZEVEDO, Uily; GOMES, Daiane. **A Influência dos Determinantes Sociais na Vida de Mulheres Negras no Centro de Atenção Psicossocial do Tipo Álcool e Outras Drogas em Caucaia, Ceará**. Saúde Soc..São Paulo. v.32, n.2. 2023.

BARBIERI, Valéria; SANTOS, Manoel; SCADUTO, Alessandro. **Adesão aos Princípios da Comunidade Terapêutica e Processo de Mudança ao Longo do Tratamento**. PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO. São Paulo. p 781-796. 2015.

BATISTA, Leonardo; KUMADA, Kate. **Análise Metodológica sobre as Diferentes Configurações da Pesquisa Bibliográfica**. Revista Brasileira de Iniciação Científica. Itapetinga. 2021.

BATISTA, Eraldo; LUCAS, Wellington; FERREIRA, Jhennipher; MESQUITA, Nathalia; SILVA, Tatiani; SILVA, Vanessa. **Os Centros de Atenção Psicossocial (Caps): Uma Instituição de Referência no Atendimento à Saúde Mental**. Revista Saberes. vol 4. 2016.

BATISTA, Gustavo; CARDOSO, Juliana. **A Pesquisa Documental no Âmbito das Políticas Públicas**. Campinas. Cadernos da Fucamp. v. 29. p. 30-43. 2024.

BEZERRA, Ana; CAMPOS, Renata; LOU, Saffira; **Relatório de Conhecimento Institucional: CAPS AD RENÉ RIBEIRO**. UFPE. 2023. Recife. p. 5-6.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria 1.028, de 1 julho de 2005**. Brasília. 2005.

BERTOLOZZI, Maria; HINO, Paula; LIMA, Lucas; MAGNABOSCO, Gabriela; NERY, Joilda; PAVINATI, Gabriel; TEIXEIRA, Camila. **Vulnerabilidade à Perda de Seguimento e ao Óbito por Tuberculose nas Pessoas em Situação de Rua no Brasil: um estudo de coorte retrospectiva**. Ciencia Saúde Coletiva. 2024.

BOSKA, Gabriella; OLIVEIRA, Márcia; SEABRA, Paulo. **Acolhimento Integral em Centros de Atenção Psicossocial Álcool em Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas na Perspectiva da Proteção dos Direitos Humanos**. Ciência e Saúde Coletiva. p 2417- 2426. 2022.

BONDEZAN, Kesia; FERNANDES, Beatrice. RUSSO, Letícia. **Relação entre Saúde Mental e Uso de Substâncias Psicoativas em Escolares** Revista Brasileiro de Estudos de População. v.39. p 1-24. 2022

BRASIL, Ministério da Saúde. **Glossário Saúde Brasil**. 2023.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral à População Negra: Uma Política do SUS**. Brasília. 2017.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 891 de 25 de novembro de 1938**. Aprova a Lei de Fiscalização de Entorpecentes. Publicação Original.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. **População em Situação de Rua: Diagnóstico com bases nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do Governo Federal**. Brasília. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Entenda a Importância do Campo Cor/Raça na Pesquisa**.

Colaboradores: Assessoria de Comunicação Social do Inep. Disponível em: Entenda a importância do campo cor/raça na pesquisa — Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep. Acesso em: 03.04.25

BAHLS, Flávia; BAHLS, Saint. **Cocaína: origens, passado e presente.** Interação em Psicologia. 2002. p. 177-181.

BARROS, André; PERES, Marta. **Proibição da Maconha no Brasil e suas Raízes Históricas Escravocratas de Periferia.** Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Duque de Caxias. vol 3. 2011.

BARBOSA, Sara; GARCIA, Marcus; LIMA, Deivson. **O Uso de Álcool entre Idosos Atendidos na Atenção Primária à Saúde.** Acta Paul Enferm. p 46-53. 2018.

BERTOLOZZI, Maria; FIGUEIREDO, Tania; HINO, Paula; MONROE, Aline; TAKAHASHI, Renata; SOUZA, Káren. **O Controle da Tuberculose na Ótica de Profissionais do Consultório na Rua.** Revista Latino-Am. Enfermagem. 2018.

BOARI, Letícia. **Políticas sobre Drogas no Brasil: A estratégia de redução de danos.** Universidade Estadual de Maringá. Maringá. 2013

BÍBLIA, N.T.Lucas. Português. *In: Bíblia sagrada.* Reed. Versão de Antônio Pereira de Figueiredo. São Paulo. 2023

BÍBLIA, N. T. Romanos. *In: Bíblia Sagrada.* Tradução de Fernando. 3ª Edição. São Paulo - SP: Editora NVI. 2023.

BITTENCORT, Marina; OLIVEIRA, Diúlia; PEREIRA, Maria, PANTOJA, Paulo, PENA, José. **A Experiência da Ouvidoria em um Centro de Atenção Psicossocial Álcool/Drogas.** Revista Brasileira de Reumatologia. 2018.

BRITES, Cristina. **Psicoativos (Drogas) e Serviço Social: Uma Crítica ao Proibicionismo.** Cortezeditora. São Paulo. 2017.

BOESHIERO, Beatriz. **uais Cinco Maiores Produtores de Café no Mundo?.** Agroadvance. 2023. Disponível em: [5 maiores produtores de café do mundo: Brasil se destaca](#). Acesso em: 07/02/25.

CARVALHO, Joselene; PEREIRA, Márcio; MEINERZ, Marcos. **Vidas Deslocados: Populações Diaspóricas na Sociedade Contemporânea.** Dialogos.UEM. Maringá. 2024.

CARDE-NASCIMENTO, Fátima. FERREIRA, Larissa. NASCIMENTO, Dheneffer. PRADO, Carolina. **Fatores Promotores de Sofrimento Psíquico na População**

Negra em Vulnerabilidade Social. PSI UNISC. 48-68. 2022.

CISA. **Álcool e a Saúde dos Brasileiros - Panorama 2023.** OCID. 2023.

Disponível em: <https://ocid.es.gov.br/Not%C3%ADcia/levantamento-mostra-dados-sobre-o-consumo-de-alcool-no-brasil#:~:text=Os%20dados%20do%20levantamento%20mostram,acreditam%20que%20s%C3%A3o%20consumidores%20moderados>

<https://ocid.es.gov.br/Not%C3%ADcia/levantamento-mostra-dados-sobre-o-consumo-de-alcool-no-brasil#:~:text=Os%20dados%20do%20levantamento%20mostram,acreditam%20que%20s%C3%A3o%20consumidores%20moderados>. Acesso em: 07/02/25.

COSTA, Pedro; MENDES, Kíssila. **Marx e as Guerras pelas Drogas:**

Anticolonialismo, Antiimperialismo e Antiproibicionismo. Germinal: marxismo e educação em debate, Salvador. v.14. n.2. p.362-386. 2022.

COSTA, Elizama; OLIVEIRA, Patrícia. **O Sofrimento Psíquico Causado pelo Racismo e seu Impacto na Subjetividade.** Rev. UNINGÁ. Maringá. v. 56. 2019.

COSTA, Jussara; SOARES, Gilberta. Movimento Lésbicos e Movimento Feminista no Brasil. Ministério Público do Estado da Bahia. 2014.

COIMBRA, Valéria; FILHI, Mauro; HARMUCH, Camila; JAQUES, André; NACAMURA, Paula; PAIANO, Marcelle; PINI, Jéssica; SALCI, Maria. **Avaliação de Quarta Geração em Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas.** Escola Anna Nery. 2022.

CARNEIRO, Francisco; CARVALHO, Robson; VIEIRA, Aylla. **A Droga como Tabu na Sociedade.** Scientia. vol 4. 2017.

CNM. **Mulheres negras são 40% das pessoas que vivem em situação de pobreza no Brasil.** 2014. Disponível em: Portal CNM - Mulheres negras são 40% das pessoas que vivem em situação de pobreza no Brasil - Confederação Nacional de Municípios. Acesso em: 10/03/25

CABRAL, Francisco; DIAZ, Margarita. **Relações de Gênero.** Reprolatina. Cadernos de afetividade e sexualidade na educação: um novo olhar. Belo Horizonte: Gráfica e Editora Rona Ltda. 1998.

CAMPOS, Célia; PASQUIM, Heitor; SOARES, Cassia. **Lazer Terapêutico: Pesquisa-ação com Trabalhadores de Serviços de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas.** Rev. Movimento. Porto Alegre. v. 26. 2020.

CAMPOS, Luiz. **Racismo no Brasil: De hipótese a premissa, sem passar por objeto.** DOSSIÊ – Desafio Analítico da Sociologia do Racismo no Brasil. Tempo e Sociedade. 2024.

CAMPOS, Mauro. VARGAS, Annabelle. **A Trajetória da Políticas de Saúde Mental e de Álcool e Outras Drogas no Século XX**. Ciência e Saúde Coletiva. 2019.

CARVALHO, Keline; **Mulheres Negras Usuárias de Álcool e outras Drogas em um Município do Recôncavo da Bahia**: Vulnerabilidade e interseccionalidade. UFBA. Salvador. 2017.

CARMO, Luiz; MESQUITA, Maitê; PINTO, Marcelo; RIBEIRO, Carlos. **Azul ou Rosa? Futebol ou Boneca? Menino ou Menina? O Chá de Revelação e o Espectro dos Papéis Sociais no Consumo e na Construção da Identidade de Gênero**. ESPM. Rio de Janeiro. 2018.

CHAI, Cássio; SILVA, Imaira. **As Relações entre Racismo e Sexismo e o Direito à Saúde Mental da Mulher Negra Brasileira**. Revista de Políticas Públicas. vol 22. Maranhão. 2018.

CENTENARO, Junior; FAVERO, Altair. **A Pesquisa Documental nas Investigações de Políticas Educacionais**: Potencialidades e Limites. Revista Contrapontos I Eletrônica. Vol. 19. Itajaí. 2019.

CORREIA, Larissa; SOUZA, Nadia. **Pesquisa Bibliográfica ou Revisão de Literatura**: Roçando Limites e Ampliando Compreensões. EAIC. Londrina. 2010.

COSTA, Pedro; COLUGNATI, Fernando; RONZANI, Telmo. No meio do caminho tinha um CAPSAD: centralidade e lógica assistencial da rede de atenção aos usuários de drogas. Ciência e Saúde: Coletiva. 2018.

CONAB. **Brasil Deve Atingir Recorde na Produção de Açúcar mesmo com Redução na Produção de Cana-de-Açúcar na Safra**. 2024. Disponível em: Conab - Brasil deve atingir recorde na produção de açúcar mesmo com redução na produção de cana-de-açúcar na safra 2024/2025. Acesso em: 09.03.25.

CUGLER, Priscila; FIGUEIREDO, Wagner. **Gênero e Necessidade de Saúde**: a perspectiva das mulheres atendidas em um centro de atenção psicossocial. álcool e drogas. Cadernos Brasileiros de Saúde Mental. Florianópolis. 2021. p 161-181.

CRUZ, Camila. **A Visão de Gilberto Freyre sobre as Mulheres Negras em Casa Grande e Senzala** : Um Olhar Crítico A Partir da Perspectiva Negra. Revista Textos Graduados. vol 7. 2021.

DANTAS, Graciella; JUNIOR, Francisco; SANTOS, Bruno; Entre **Manicômios e Prisões**: A imposição da limpeza social. Revista Relações Internacionais do Mundo Atual Unicuritiba. Curitiba. 2021.

DELEFATI; Dalnei; FIGUEREIDO; Marianna, TAVARES; Marcelo. **Entre Loucos e Manicômios**: A História da Loucura e a Reforma Psiuiatra no Brasil.

Ciências Humanas e Sociais. Maceio. v 2. 2014.

DALBOSCO, Carla; DIEMEN, Lísia; ORNELL, Felipe; HALPERN, Silvia; SCHERER, Julina; ROGLIO, Vinicius; FALLER, Sibebe; SORDI, Anne; PERCHANSKY, Flávio; Diemen, Lísia; **Vulnerabilidades Clínicas e Sociais em Usuários de Crack de Acordo com a Situação de Moradia**: um estudo multicêntrico em seis capitais brasileiras. Caderno Saúde Pública. 2017.

DAMASCENO, Marizete; ZANELLO, Valeska. **Saúde Mental e Racismo Contra Negros**: Produção Bibliográfica Brasileira dos Últimos Quinze Anos. Psicologia: Ciência e Profissão. p 450-464. 2018.

DUAILIBI, L. B.; RIBEIRO, M.; LARANJEIRA, R. **Profile of Cocaine and Crack Users in Brazil**. Cadernos de Saúde Pública. v. 24. 2008.

DENARDI, Tainara; BUENO, Alexandre; CASTRO, Paulo; FERNANDES, Inaina; FELIPE, Rodrigo. LUCCHESI, Roselma. VERA, Ivânia. **Transtorno Mental Comum Entre Indivíduos que Abusam de Álcool e Drogas**: Estudo Transversal. Texto Contexto Enferm. 2017.

ELOI, Sara; OLIVEIRA, Elianny; LOPES, Marcos; PARENTE, José; ELOIA, Suzana; LIMA, Daniela. **Sobrecarga de Cuidadores Familiares de Pessoas com Transtornos Mentais**: análise dos serviços de saúde. Ciência e Saúde: Coletiva 23. 2018.

ENGSTROM, Elyanne; RAMÔA, Marise; RIBEIRO, José; TEIXEIRA, Mirna; **Tensões Paradigmáticas nas Políticas Públicas sobre Drogas**: Análise da legislação brasileira no período de 2000 a 2016. Ciência e Saúde. Rio de Janeiro. 2017.

ELEUTÉRIO, Tatiane; HOLZMANN, Ana; JUNIOR, Rene; RUAS, Edna; MARUES, Luciano; NETA, Maria; SILVA, Carla. **Á Saúde de um Município do Sudeste do Brasil**. Rev. Brasil. Saúde Mater. 2024.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. EDUFBA. Salvador. 2008.
FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal. Editora Record. 2001.

FONSECA, Alves; GALLASSI, Andrea; MOTA, Fernanda; SANTOS, Josineide. **Aspectos do Cuidado Integral para Pessoas em Situação de Rua Acompanhadas por Serviço de Saúde e de Assistência Social**: um olhar para e pela terapia ocupacional. Cadernos Bras. Terapia Ocupacional. São Carlos. v. 27, n. 4, 2019.

FEIREYS, G.W. **Viagem ao Interior do Brasil anos 1814-1815**. Revista do Instituto Histórico e Geographico. São Paulo. vol 9. 1906.

FERNANDES, Francisco. **Para uma Clínica do Uso de Álcool e Drogas com Adolescentes das Comunidades do Rio de Janeiro**. Ágora. Rio de Janeiro. 2014.

FERNANDES, Florestan. **O Negro no Mundo dos brancos**. São Paulo: Global, 2007

GILMAN, Charlotte. **O Papel de Parede Amarelo**. Editora José Olímpio. 2016.

GIOSEFFI, Janaína; BRIGNOL, Sandra; WERNECK, Guilherme. **Perfil Sociodemográfico das Pessoas em Situação de Rua Notificadas com Tuberculose no Município do Rio de Janeiro, Brasil, nos anos de 2015 a 2019**. 2023.

GALHARDI, Carina; MATSUKURA, Thelma. **O Cotidiano de Adolescentes em um Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e outras Drogas: realidades e desafios**. Cadernos Saúde Pública. 2018.

GOMES; Maria. **Gosto Amargo da Escravidão: Vício da Embriguez de Escravizados no Conto "Pai Contra Mãe" (1906) de Machado de Assis**. Revista Horizontes Históricos. vol.5. 2022.

GOMES, Thaísa; VECCHIA, Marcelo. **Estratégias de Redução de Danos no Uso Prejudicial do Álcool: Revisão de Literatura**. Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São João Del-Rei. 2018.

GOMES, Laurentino. **Escravidão- Volume 1: Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares**. Globalivros. Rio de Janeiro. 2019.

GONZALEZ, Leíla. **Por um Feminismo Afro-Latino Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos**. Zahar. 2020.

GONZALES, Zuleika; RAMOS, Carolina. **Interseccionalidade e Saúde Mental: Um Olhar para a Raça e Gênero (no CAPS) Pelos Caminhos do Pensamento Descolonial**. 13 Mundos de Mulheres e Fazendo o Gênero 11: Transformações, Conexões e Descolamentos. Florianópolis. 2017.

GOULART, Maria. **A Construção da Mudança nas Instituições Sociais: A Reforma Psiquiátrica**. Pesquisas e Práticas Psicossociais. v. 1. n. 1. São João del-Rei. 2006.

GODOY, Sergio. **Luís Antônio de Oliveira Mendes e seu Discurso Acadêmico: Um Estudo sobre o Tráfico de Escravos Parcialmente Silenciado**. Revista Noctua.

2012.

HOOKS, Bell. **O Feminismo é para todo mundo: Políticas Arrebatadoras.** Rosas dos Tempos. 2018.

HATANAKA, Yudi; RONDINAC, Regina; SILVA, Nilson; SILVA, Meire. **Avaliação do Repertório de Habilidades Sociais de Usuários de Substâncias Psicoativas em Tratamento.** Cad. Brasil. Ter. Ocup.. São Carlos. v. 26.n. 4. p. 849-858 .2018.

IANNI, Aurea; MEIRELLES, Rodrigo. **O Preventivismo e os Homossexuais no Contexto da Ditadura Militar Brasileira: Uma análise a partir das contribuições de Sérgio Arouca.** Interface 24: Comunicação, Saúde e Educação. p 1-16. 2020.

JUNIOR, Almeida. **O Alcoolismo no Brasil-Colônia: Origens do aguardentismo nacional.** Revista da Faculdade de Direito de São Paulo.1934.

JUNIOR, Dirceu. **Foucault: O dispositivo da Sexualidade no Discurso Médico Higienista.** Universidade Federal de Pelotas. Instituto de Filosofia Sociologia e Política. Pelotas. 2017.

LANGDON; Esther. **O Abuso de Álcool entre Povos Indígenas no Brasil: Uma avaliação comparativa.** Editora Fiocruz. 2013.

LACERDA, Isadora; SANTOS, Sônia. **Sexualidade da Mulher e Tabu no Ambiente Escolar: Uma Revisão de Literatura.** Interfaces Científicas. vol 8. 2020.

LAVEZZO, Beatriz O. et al. **Atenção Psicossocial a Usuários de Álcool e outras Drogas: um estudo dos profissionais de um município sul-brasileiro.** Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro. v. 21. 2023.

LOURENÇO, Cristiane. **Uma Sociedade Desigual: reflexões a respeito de racismo e indicadores sociais no Brasil.** Serviço Social e Sociedade. 2023.

LUZ, Zélia; MODENA, Celina; MACHADO, Ana. **Das Proposições da Política às Práticas dos Serviços: há Novidades nos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas?.** Physis: Revista de Saúde Coletiva. Physis: Revista de Saúde Coletiva. Rio de Janeiro. vol 30. 2020.

MARTINS, Valter; OLIVEIRA, Rafaela. **O Recorte Racial como Traço Permanente da População Permanente da População de Rua no Brasil.** Revista Libertas. Juiz de Fora. p. 403-421. 2022.

MELO, Jhonatan; NUNES, Neruza; SILVA, Nielson. **Café: Origem e Contribuição**

para a economia do Brasil. Múltiplos Acessos. N3. vol 2. 2018.

MELLO, Amanda; TERRA, Marlene; SIQUEIRA, Daiana; VIEIRA, Letícia. MORESCHI, Claudete. SOCCOL, Keity. **Ações de Cuidado aos Familiares de Usuários de Substâncias Psicoativas: Perspectivas de Profissionais e Familiares.** Texto & Contexto Enfermagem. vol 8. 2019.

MASSON, Gisele. **Materialismo Histórico e Dialético:** uma discussão sobre as categorias centrais. Práxis Educativa. Ponta Grossa. v. 2, n. 2. p. 105- 114. 2007.

MARSON, Izabel. **Obras de Ficção Revelam Características de Momentos Históricos.** COMCIÊNCIA. 2004. acesso em: 27.03.25. disponível em: Entrevistas.

MARQUES, Luiz. **Criminologia e Relações Étnico Raciais no Brasil.** Revista Ibero- Americana de Humanidades. São Paulo. v.8.n.04. 2022.

MATSUKA, Thelma; PEREIRA, Nathália; SILVA, Meire. **Adolescentes Usuários de Substâncias Psicoativas: Experiências e Desafios Durante a Internação Psiquiátrica.** Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional. 2023.

MORELLI, Laís. **55 anos do Golpe Militar:** A História de Cassandra Rios, a Escritora Mais Censurada da Ditadura. BBC NEWS. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47756468>. Acesso em: 18/03/25.

MIOTO, Regina. LIMA, Telma. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica.** Rev. katálysis. 2007

MJSP/ SENAD. **II Relatório Brasileiro sobre Drogas.** 2021. Brasília. p 10 - 17.

NASCIMENTO, Sueli; **Reflexões sobre interseccionalidade entre as políticas públicas.** Serv. Soc. São Paulo, n. 10., p. 95-120. 2010.

NASCIMENTO, Larissa; SOUZA, Jacqueline; GAINO, Loraine. **Relacionamento Entre Familiar e Usuário de Álcool em Tratamento em um Centro de Atenção Psicossocial Especializado.** Texto Contexto Enferm. Florianópolis. p 834-841. 2015.

NAPTISAB, Juliana; CAMATTAC, Marcio; SANTOSA, Jaqueline; NASIC,

Cíntia. **Responsabilização e Participação**: como superar o caráter tutelar no centro de atenção psicossocial álcool e outras drogas. Revista Gaúcha Enfermagem. Rio Grande do Sul. 2018.

ODA, Ana. **Escravidão e nostalgia no Brasil**: O banzo. Revista. Latino-Americano. Psicopatologia. 2008..

ORTIZ, Marília. **Desvendando Sentidos e Usos da Perspectiva da interseccionalidade nas Políticas Públicas**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10. Florianópolis. 2013.

OCID. **Classificação das Drogas**. Rede Abraço. 2022. acesso em 07.02.2024. disponível em: <https://ocid.es.gov.br/Not%C3%ADcia/classificacao-das-drogas>

OLIVEIRA, Vanessa. **Tá Grávida do que ?'**: (Re)pensando as Relações de Gênero no Chá de Revelação. Revista Wamon. vol. 5. n.1 . 2020.

PAULA, Milena; ALBUQUERQUE, Jorge; BESSA, Maria; QUEIROZ, Leonardo. **Usuário de Crack em Situações de Tratamento**: experiências, significados e sentidos. Saúde Soc. v.23, n.1, p.118-130..2014.

PASSOS, Rachel. Na Mira do Fuzil: **A Saúde Mental das Mulheres Negras em Questão**. Hucitec Editora. Projeto Canela Preta. São Paulo. 2023.

PEREIRA, Ana. **Violência Obstétrica**: A dor tem cor. Universidade Federal do Paraná. Matinhos. 2023.

PERRUCI, Ludmilla; PEGORARO, Nathália; PILLON, Sandra; SANTOS, Manoel; SANTOS, Jessica; SCHERER, Zeyne. **Uso de Substâncias Psicoativas em Mulheres em Tratamento Ambulatorial**. Rev Bras Enferm. 2019.

PINHEIRO, Bárbara; MAGALHÃES. Pedro; SILVA, Luiz. **O Vinho no Egito Antigo**: Uma Dose de Química. Redeum. 2021.

PINHEIRO, Caliandra; TORRENTE, Mônica. **Serviços Abertos e Fechados no Tratamento do Abuso de Álcool e Outras Drogas do Ponto de Vista do(as) Usuário(as)**. Saúde Soc. São Paulo. v.29. n.2. 2020.

PINO, RAY. **Pessoas Não Binárias e sua Definição de Si**: Análise de Conteúdos Audiovisuais no Youtube. UFBA. Salvador. 2023.

REIS, Renata; MELO, Elizabete; FERNANDES, Nilo; ANTONI, Marcela. NEVES, Lis. GIR, Elucir. **Uso Inconsistente do Preservativo entre Parcerias Sexuais Sorodiferentes ao Vírus da Imunodeficiência Humana**. Rev. Latino-Am. Enfermagem. 2019.

RIOS, Flávia. **Lélia Gonzalez**. Mulheres na Filosofia. Campinas. 2013.

RIOS, Flávia; PEREZ, Olívia; RICORDI, Arlene; **Interseccionalidade nas Mobilizações do Brasil Contemporâneo**. Lutas Sociais. Dossiê. v. 22. 2018.

RIBEIRO, Milton. **“EMMA BOVARY SOU EU”**: Madame Bovary e o Processo Contra Flaubert. Vermelho: a Esquerda Bem Informada. 2016.. Disponível em :<https://vermelho.org.br/2016/02/12/emma-bovary-sou-eu-madame-bovary-e-o-processo-contra-flaubert/>. Acesso em: 18.03.25.

RIBEIRO, Daniele; CARVALHO, Denise. **O Padrão de Uso de Drogas por Grupos em Diferentes Fases de Tratamento nos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS-AD)**. J Bras Psiquiatr. 2015.

RODRIGUES, Gel se; ROSS, Jurandyr. **A Trajetória da Cana de Açúcar no Brasil**. Uberlândia. EDUFU. 2020.

ROMANINI, Moises. **Quem Estamos Acolhendo? Uso de Drogas e Acolhimento de Mulheres e Pessoas LGBTQIA+**. Revista Psicologia Política. São Paulo. vol 24. 2024.

SANCHES, Laís; VECCHIA, Marcelo. **Reabilitação Psicossocial e Inclusão Social de Pessoas com Problemas Decorrentes do Uso de Álcool e outras Drogas: impasses e desafios**. Interface comunicação, saúde, educação. 2020.

SANTOS, Israel. **A Atenção Básica de Saúde em Ênfase nas Necessidades dos Usuários de Álcool e outras Drogas**. UFAL. Maceió. 2019.

SALES; Eliana. **Aspectos do Álcool e do Alcoolismo do Brasil**. UFPE. Pernambuco. 2010.

SANTOS, Vanessa. **Crack**. UOL. 2025. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/drogas/crack.htm>. Acesso em 01.01.25.

SANTOS, Israel. **A Atenção Básica de Saúde em Ênfase nas Necessidades dos Usuários de Álcool e outras Drogas**. UFA. Maceió. 2019. p 51.

SANTOS, Bruno; JUNIOR, Francisco. **Entre Manicômios e Prisões: a imposição de uma limpeza social**. UNICURITIBA. Curitiba. 2021.

SILVA, Patrícia. **Mulheres Usuárias de Substâncias Psicoativas: barreiras**

de acessibilidade em um CAPS AD. UFBA. Instituto de Saúde Coletiva. Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva. Salvador. p 12.

SUY, Ana. **A Gente Mira no Amor e Acerta na Solidão**. Editora Paidós. Planeta Brasil. São Paulo. 2022.

TREVISAN, Erika; CASTRO, Sybelle. **Centros de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas: perfil dos usuários**. SAÚDE DEBATE. RIO DE JANEIRO. V. 43. N. 121. P. 450-463. 2019.

TORCATO, Carlos. **A História das Drogas e sua Proibição no Brasil: da Colônia à República**. USP. São Paulo. 2016.

URZAIZ, Begonã. **Sofás sensuais, mesinhas espelhadas e erotismo dos anos 90: 'cocaine chic' substitui estética 'millennial'**. Elpaís. 2021.

VELOSO, Eudes; SILVA, Cinara. **Ópio: a droga dos sonhos**. UFBA. disponível em: https://i-flora.iq.ufrj.br/hist_interessantes/opio.pdf. Acesso 04.01.25.

VERNAGLIA, Taís; CRUZ, Marcelo. PERES, Simone. **O Acesso ao Tratamento de Usuários de Crack sob a Perspectiva dos Profissionais de Saúde**. SAÚDE DEBATE. RIO DE JANEIRO, V. 44, N. ESPECIAL 3, P. 184-197. 2020.

KARAM, Maria Lúcia. **Proibição às Drogas e Violação a Direitos Fundamentais**. Fórum. Revista Brasileira de Estudos Constitucionais. Belo Horizonte. 2009.